



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Índice

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL	2
MISSÃO	3
VISÃO	3
ESTRUTURA ORGÂNICA DA DIREÇÃO REGIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (DRCT)	3
COMPETÊNCIAS DA DRCT	4
COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS	5
Direção de Serviços da Ciência e Tecnologia (DSCT)	6
Divisão de Gestão Financeira e Administrativa (DGFA)	7
Secção de Apoio Administrativo (SAA)	8
Divisão para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico	8
AMBIENTE INTERNO/RECURSOS	10
Instalações / Localização / Contactos	10
Recursos Humanos	11
Recursos Materiais	14
RECURSOS FINANCEIROS – DOTAÇÃO E EXECUÇÃO	19
Relatório de execução anual 2016	23
LEGISLAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS DE SUPORTE À AÇÃO	25
PRO-SCIENTIA	25
ACESSO A AMOSTRAS DE RECURSOS NATURAIS PARA FINS CIENTÍFICOS	26
ESTRATÉGIA DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DOS AÇORES (RIS3)	27
AGENDA DIGITAL E TECNOLÓGICA DOS AÇORES	29
AMBIENTE EXTERNO: DESTINATÁRIOS DA DRCT	30
PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	32
ÁREAS DE ATUAÇÃO E ATIVIDADES EM CURSO DESENVOLVIDAS EM 2016	33
PRINCIPAIS PROJETOS/AÇÕES INTERNAS ESTRUTURANTES	33
GESTÃO DE INCENTIVOS – PRO-SCIENTIA - Apoio às entidades de I&D, à produção, formação e divulgação científica especializada	59
GESTÃO DE INCENTIVOS – PRO-SCIENTIA - Apoio e iniciativas específicas na área da divulgação e disseminação da cultura científica e tecnológica	66
CONCURSO PO AÇORES 2020 – organismo intermédio	74
VISITAS DE ACOMPANHAMENTO	76
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	78
QUADRO SÍNTESE DOS APOIOS/MEDIDAS EM 2016	79
QUAR 2016 - Execução	79

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

No final de 2012, no âmbito da orgânica do XI Governo Regional dos Açores aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2012/A, de 27 de novembro, a Direção Regional Ciência, Tecnologia e Comunicações (DRCTC) é extinta e os seus serviços divididos por dois departamentos do governo: é criada na dependência do Gabinete do Secretário Regional da Educação Ciência e Cultura a Direção de Serviços da Ciência com competências apenas para a área da Ciência e a área da Tecnologia é integrada na Direção Regional das Obras Públicas, Tecnologia e Comunicações (DROPTC), da Secretaria Regional do Turismo e Transportes (SRTT).

Em 2013, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2013/A, é aprovada a orgânica e o quadro de pessoal dirigente, de direção específica e de chefia da SRECC, saída do XI Governo Regional dos Açores, sendo criada a Direção de Serviços da Ciência (DSC), que integra o gabinete do SRECC. Na sua orgânica compreende 2 unidades flexíveis: a Divisão de Gestão de Programas e Projetos (DGPP) e a Divisão para a Investigação e Desenvolvimento e para a Difusão da Cultura Científica (DIDDCC).

Em 24 de julho de 2014 é alterada a orgânica do XI Governo Regional dos Açores através do Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2014/A, afetando mais uma vez o setor da Ciência, sendo novamente criada a Direção Regional da Ciência e Tecnologia (DRCT), com competências na área da ciência e tecnologia, integrada na recém-criada Secretaria do Mar, Ciência e Tecnologia (SRMCT).

Na sequência desta reestruturação orgânica do XI GRA, foi publicada a 20 de fevereiro de 2015, pelo Decreto Regulamentar Regional nº 4/2015/A, a nova orgânica e o quadro de pessoal dirigente, de direção específica e de chefia da SRMCT.

No seguimento do **Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A de 21 de novembro de 2016 que aprovou a atual orgânica do XII Governo Regional dos Açores**, não houve alteração da orgânica específica da DRCT.

Desde a sua criação, enquanto direção regional ou direção de serviços, a promoção da ciência e da investigação na RAA tem constituído sempre uma das suas principais áreas de atuação. O desenvolvimento das tecnologias, em particular das tecnologias da informação e comunicação, constitui a segunda área de atuação principal ao longo de quase todo o seu período de existência, com exceção do curto período de tempo, no âmbito da legislatura em curso, entre novembro de 2012 e julho 2014.

MISSÃO

Promover o conhecimento científico-tecnológico e a inovação para consolidar a sociedade do conhecimento na região, propondo as bases e as medidas em que deve assentar a política regional nas áreas da ciência e tecnologia e coordenando e desenvolvendo as ações necessárias à sua execução.

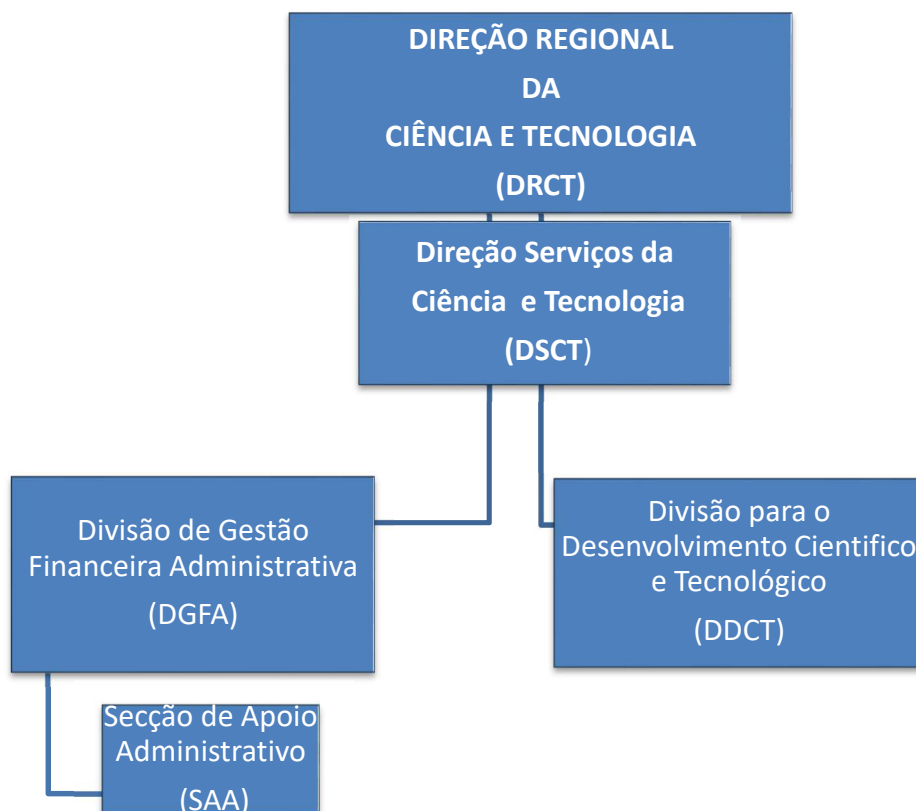
VISÃO

“O potencial científico e tecnológico dos Açores como estratégia de desenvolvimento.”

ESTRUTURA ORGÂNICA DA DIREÇÃO REGIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (DRCT)

A DRCT compreende atualmente as seguintes unidades orgânicas/serviços:

- a) Direção de Serviços da Ciência e Tecnologia (DSCT);
- b) Divisão de Gestão Financeira e Administrativa (DGFA);
- c) Secção de Apoio Administrativo (SAA);
- d) Divisão para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DDCT).



COMPETÊNCIAS DA DRCT

- a) Propor as bases e as medidas em que deve assentar a política regional nas áreas da ciência, tecnologia, coordenando e desenvolvendo as ações necessárias à sua execução;
- b) Propor a definição das grandes linhas de financiamento e execução da política regional nas áreas referidas na alínea anterior;
- c) Propor e executar as ações que no âmbito do ensino superior sejam assumidas pela Região;
- d) Financiar ou cofinanciar programas e projetos de investigação científica, desenvolvimento experimental, inovação e modernização tecnológica e da sociedade da informação e do conhecimento e acompanhar a sua execução;
- e) Promover a criação e o desenvolvimento de infraestruturas de apoio às atividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e divulgação da ciência, da tecnologia e da sociedade da informação e do conhecimento;
- f) Apoiar conferências, colóquios, jornadas, seminários e encontros de caráter científico ou tecnológico, assim como a publicação de trabalhos científicos e a concessão de prémios destinados a distinguir ações de reconhecido mérito científico;

g) Promover a qualificação de recursos humanos dos setores públicos e privados em matéria de ciência e tecnologia através da atribuição de bolsas e subsídios, quer no país quer no estrangeiro, em articulação com os órgãos e serviços da administração regional competentes na matéria;

h) Apoiar os cidadãos através de meios tecnológicos, em articulação com os órgãos e serviços da administração regional competentes na matéria;

i) Promover, através da inovação e modernização tecnológica, a garantia da qualidade dos produtos e a oferta de serviços dos setores público e privado, em articulação com os órgãos e serviços da administração regional competentes na matéria;

j) Apoiar e coordenar a modernização tecnológica do setor público regional, com especial incidência no uso das novas tecnologias da informação, em articulação com os órgãos e serviços da administração regional competentes na matéria;

k) Promover e apoiar medidas de combate à infoexclusão;

l) Apoiar a modernização e inovação tecnológica e a transferência de tecnologias para o tecido económico e social;

m) Desenvolver uma base de dados para a avaliação do potencial científico e tecnológico regional;

n) Promover a credenciação de profissionais e entidades nas áreas da ciência, tecnologia e sociedade da informação e do conhecimento, de acordo com a lei aplicável e em colaboração com os órgãos e serviços da administração regional competentes na matéria.

COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS

A Direção de Serviços está incumbida de prestar todo o apoio ao Diretor Regional, contando, para isso, com a colaboração das Chefias de Divisão, demais Técnicos Superiores e Pessoal Administrativo.

À Divisão Financeira e Administrativa, compete, tal como o nome indica, a supervisão da área administrativa e financeira, quer no que se refere ao orçamento do Plano quer ao Orçamento destinado a fazer face às Despesas Correntes.

À Divisão para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico compete, entre outras, colaborar nas ações relativas ao planeamento das atividades de investigação e difusão da cultura científica, tecnologias e da sociedade de informação e promover programas e projetos no domínio da

investigação científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação, em estrita colaboração com o Diretor de Serviços, Técnicos Superiores a exercer funções sobre a sua alçada e pessoal administrativo.

Cada Chefia de Divisão tem a seu cargo vários Técnicos Superiores, bem como pessoal administrativo.

Todas estas funções estão definidas na orgânica destes serviços, conforme **Decreto Legislativo Regional nº 4/2015/A, de 20 de fevereiro**.

Direção de Serviços da Ciência e Tecnologia (DSCT)

É uma unidade orgânica que tem por missão coordenar e desenvolver as ações conducentes à concretização da política regional nos domínios da ciência, investigação, inovação e difusão da cultura científica e tecnológica, enquanto instrumentos da promoção da sociedade do conhecimento em toda a Região, a mesma é dirigida por um diretor de serviços, cargo de direção intermédia do 1.º grau.

Compete à DSCT, nomeadamente:

- a) Aplicar as medidas de política regional, definidas pela tutela, nos domínios da investigação científica, desenvolvimento tecnológico, inovação e difusão da cultura científica, coordenando e desenvolvendo as ações necessárias à sua execução;
- b) Propor e submeter à aprovação superior, os instrumentos de financiamento e execução orçamental da política regional das áreas referidas na alínea anterior;
- c) Executar as ações que no âmbito do ensino superior sejam assumidas pela Região;
- d) Gerir o programa de atribuição de incentivos financeiros, no âmbito do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores;
- e) Financiar ou cofinanciar programas e projetos de investigação científica e tecnológica, desenvolvimento experimental, inovação e difusão da ciência e tecnologia e acompanhar a sua execução;
- f) Apoiar conferências, colóquios, jornadas, seminários e encontros de carácter científico e tecnológico, assim como a publicação de trabalhos científicos e a concessão de prémios destinados a distinguir ações de reconhecido mérito científico;

- g) Promover a qualificação de recursos humanos dos setores público e privado em matéria de ciência, tecnologia e do conhecimento através da atribuição de bolsas e subsídios, quer no país quer no estrangeiro, em articulação com os órgãos e serviços competentes na matéria;
- h) Promover, através da aplicação do conhecimento científico e tecnológico a inovação e modernização, como garantias da qualidade dos produtos e a oferta de serviços dos setores público e privado, em articulação com os órgãos e serviços da administração regional competentes na matéria;
- i) Desenvolver uma base de dados das entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional.

Divisão de Gestão Financeira e Administrativa (DGFA)

A DGFA é dirigida por um chefe de divisão, cargo de direção intermédia do 2.º grau e a esta divisão compete, designadamente:

- a) Apoiar a preparação de programas e projetos a financiar pela DRCT;
- b) Participar no processo de avaliação de candidaturas a financiamentos de programas e projetos dinamizados pela DRCT;
- c) Assegurar a gestão corrente dos programas e projetos financiados ou cofinanciados pela DRCT;
- d) Avaliar e emitir pareceres sobre relatórios financeiros de acompanhamento e execução dos programas e projetos financiados ou cofinanciados pela DRCT;
- e) Promover a articulação dos programas e projetos apoiados pela DRCT com os financiados ou cofinanciados no âmbito de iniciativas nacionais, europeias ou outras;
- f) Preparar a proposta dos orçamentos anual e de médio prazo das despesas do plano e de funcionamento da DRCT;
- g) Assegurar a coordenação e o controlo financeiro dos orçamentos do plano e de funcionamento da DRCT;
- h) Emitir pareceres e informações de carácter financeiro e orçamental;
- i) Colaborar na elaboração dos planos e relatórios de atividades;
- j) Proceder à recolha e tratamento estatístico de dados financeiros e de gestão;
- k) Preparar os processos a submeter aos programas e fundos comunitários de apoio;
- l) Coordenar e garantir o normal funcionamento dos serviços de apoio administrativo da DRCT;
- m) Executar as demais tarefas que lhe sejam superiormente determinadas.

Secção de Apoio Administrativo (SAA)

A SAA depende diretamente da DGFA. À SAA compete, designadamente:

- a) Assegurar o serviço de expediente geral do gabinete do diretor regional e dos demais serviços da DRCT;
- b) Proceder ao registo, classificação, arquivo e controlo da documentação do gabinete do diretor regional e dos demais serviços da DRCT;
- c) Organizar e manter atualizado o inventário dos bens duradouros confiados aos serviços da DRCT;
- d) Organizar e efetuar os procedimentos necessários à aquisição de bens destinados ao consumo corrente dos serviços da DRCT;
- e) Conferir, classificar, organizar e processar os documentos de despesa relativos à execução dos orçamentos do plano e de funcionamento da DRCT;
- f) Conferir, classificar, organizar e processar os documentos de despesa cujo pagamento foi efetuado pela dotação do fundo de maneio da DRCT;
- g) Prestar informação de cabimento de verbas;
- h) Dirigir e superintender os assistentes operacionais afetos à DRCT;
- i) Reunir e preparar os elementos necessários ao processamento dos vencimentos e demais remunerações, assim como manter o cadastro e o registo biográfico do pessoal devidamente atualizados;
- j) Proceder ao controlo de assiduidade do pessoal;
- k) Executar as demais tarefas que lhe sejam superiormente determinadas.

Divisão para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Compete à DDCT, designadamente:

- a) Desenvolver estudos conducentes à definição da política de investigação científica, difusão da cultura científica e desenvolvimento tecnológico e inovação;
- b) Apoiar o desenvolvimento de ações no âmbito do ensino superior e colaborar nas ações relativas ao planeamento das atividades de investigação e difusão da cultura científica, tecnologias e da sociedade de informação;
- c) Elaborar os programas anuais e plurianuais de apoio à investigação e difusão científica e tecnológica, desenvolvimento tecnológico e inovação;

- d) Promover programas de carácter plurianual para o apoio ao funcionamento, reequipamento e desenvolvimento de instituições científicas, assim como para o apoio a instituições dedicadas à divulgação científica e à dinamização da sociedade de informação;
- e) Promover programas e projetos no domínio da investigação científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação;
- f) Promover a realização de seminários, colóquios, conferências e palestras dirigidas para a divulgação científica e tecnológica;
- g) Promover programas e projetos para a formação e qualificação de recursos humanos na área da ciência e da tecnologia;
- h) Promover a realização de exposições para a divulgação do conhecimento científico e tecnológico;
- i) Promover a criação de redes e sistemas de informação científica e tecnológica;
- j) Promover e apoiar o ensino experimental das ciências e da educação científica nas escolas;
- k) Promover e apoiar medidas de combate à infoexclusão;
- l) Apoiar os cidadãos com deficiência através de meios tecnológicos;
- m) Apoiar a participação da comunidade científica e tecnológica em reuniões de cariz científico e contribuir para a realização de eventos desta natureza na Região;
- n) Garantir o processo de avaliação das candidaturas aos programas e projetos financiados ou cofinanciados pela DRCT no âmbito da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico, assim como no âmbito da divulgação da cultura científica e da sociedade de informação;
- o) Avaliar e emitir pareceres sobre os relatórios de progresso e de execução dos programas e projetos financiados ou cofinanciados pela DRCT no âmbito da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico, assim como no âmbito da divulgação científica e da sociedade de informação;
- p) Promover a articulação dos programas e projetos apoiados pela DRCT com os financiados ou cofinanciados no âmbito de iniciativas nacionais, europeias ou outras;
- q) Estudar e propor a implementação de medidas decorrentes da integração europeia nas matérias da sua competência;
- r) Coligir e organizar toda a informação publicada de interesse para a DRCT, assim como preparar e promover a divulgação de eventos, informações e demais assuntos relacionados com as atividades da DRCT;
- s) Apoiar a fixação nos Açores de projetos de vanguarda em áreas tecnológicas fundamentais ou emergentes;
- t) Promover as necessidades e a cidadania digital;
- u) Executar as demais tarefas que lhe sejam superiormente determinadas.

Refira-se que na dependência da SRMCT funciona o **Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia (FRCT)**, organismo de coordenação e gestão no âmbito dos recursos financeiros disponibilizados para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico, com personalidade jurídica e dotado de autonomia administrativa e financeira.

Em articulação com a DRCT, as suas principais atribuições centram-se:

- No apoio e gestão da formação avançada, através da atribuição de bolsas de investigação de diferentes tipologias;
- No financiamento e/ou participação em organizações de eventos internacionais de relevância para a comunidade científica;
- Na dinamização de parcerias e divulgação de programas de financiamento externos à RAA, de entre os quais se destaca o HORIZONTE 2020, participando nesse âmbito, como coordenador ou parceiro, em projetos internacionais, mas também regionais e nacionais, apoiando e integrando as entidades de I&D regionais.

O Diretor Regional da Ciência e Tecnologia, por inerência de funções, desempenha, igualmente, o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, desta feita, apoiado por dois vogais.

AMBIENTE INTERNO/RECURSOS

INSTALAÇÕES / LOCALIZAÇÃO / CONTACTOS

A DRCT passou a ocupar, desde maio de 2013, o edifício onde se encontra atualmente instalada, em frente ao Mercado da Graça. A DRCT ocupa os 2 pisos superiores do edifício e o sótão. O edifício corresponde às necessidades da DRCT, não se verificando grandes lacunas em termos de instalações físicas.

Morada: Rua do Mercado nº, 21

9 500-326 Ponta Delgada

Telefone: 292 202 400 (geral SRMCT)

Fax: 296 288 686

Endereço da DRCT: info.drct@azores.gov.pt

Endereço do FRCT: frct@azores.gov.pt ou frciencia@azores.gov.pt

Sítios da internet:

SRMCT - <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srmct>

DRCT - <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srmct-drct/>

Webpage C&T Açores - <http://www.azores.gov.pt/Gra/CTacores/>

FRC - <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srecc-frc/>

Centros Ciência - <http://centrosciencia.azores.gov.pt/>

Plataforma de gestão IDIA-SG - <http://idia.azores.gov.pt/> (*frontend*)

RECURSOS HUMANOS

Considerando as sucessivas alterações orgânicas, a DRCT sofreu algumas oscilações em termos de recursos humanos. No final de 2012, no âmbito da orgânica do XI Governo Regional dos Açores e com a extinção da DRCT, os funcionários foram divididos, passando uma parte a integrar a Direção de Serviços da Ciência (DSC), da Secretaria da Educação, Ciência e Cultura (SRECC), e os restantes a Direção Regional das Obras Públicas, Tecnologias e Comunicações (DROPTC). Com a reestruturação de julho de 2014, a nova Direção Regional da Ciência e Tecnologia, recebeu 2 Técnicos superiores transitados da DROPTC. No início de 2016 contava com 12 recursos humanos que estavam inteiramente afetos à DRCT.

No seguimento do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A de 21 de novembro de 2016 que aprovou a atual orgânica do XII Governo Regional dos Açores, a Direção Regional da Ciência e Tecnologia, recebeu 2 novos elementos, mesmo no final do ano, transitados da DROPTC.

Assim, para além do Diretor Regional e dos 3 dirigentes (1 diretor de serviços e 2 chefes de divisão), a DRCT conta atualmente a exercer funções nas suas instalações, com **14 elementos**, (excluindo 1 operacional/motorista afeto ao gabinete da SRMCT e um técnico que assumiu funções de assessor no início da legislatura) e mais 2 vogais, a exercer funções no FRCT, conforme quadros abaixo:

Direção Regional da Ciência e Tecnologia	
Diretor Regional	Bruno Miguel Correia Pacheco
Diretor de Serviços	João Manuel da Rocha Gregório
Técnico Superior/Jurista	Margarida Rosa Borges Giesta Pimentel da Palma
Técnico Superior /Secretária do DRCT	Maria da Luz Amaral Dutra (transitada da DROPC no XII GRA)
Técnico Superior	Mónica Paulo de La Cerda (transitada da DROPC no XII GRA)
Apoio Administrativo	
Coordenadora Técnica/Chefe de Secção	Natividade Soares Martins Machado
Assistente Técnica/Contabilidade	Helena Margarida Pacheco do Rego
Assistente Técnica/ Expediente/ Património	Maria Teotónia da Câmara Coelho
Assistente Técnica (apoio à DDCT)	Antónia Teixeira dos Santos Ribeiro
Assistente Técnica	Ana Conceição Tavares Pascoal
Assistente Técnica/ Aprovisionamento	Florinda Maria Medeiros Pereira
Assistente operacional/motorista SRMCT	Eduardo Roberto Cordeiro Cabral
Divisão de Gestão Financeira e Administrativa	
Chefe de Divisão (DGFA)	Vagner Cordeiro Silva
Técnico Superior	António Fernando Alves Marçal
Técnico Superior	Pedro Nuno Rebelo Pavão
Divisão para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico	
Chefe de Divisão (DDCT)	Maria Luciana Lisboa Ananias
Técnico Superior	Luís Carlos Pacheco Amaral
Técnico Superior	João Carlos Teixeira Martins
Técnico Superior	Ana Maria Rodrigues Freitas

Exercem funções a tempo integral no Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia os seguintes funcionários da DRCT:

Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia	
Vogal do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia	Francisco José Boto Soares Pinto
Vogal do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia	Célia de Jesus Pacheco Amaral
Técnico Superior/Apoio ao FRCT	Francisco Luís Wallenstein Faria e Maia de Macedo (Assumiu funções de Assessor do Exmo. SRMCT no XII GRA)

Existem, ainda, alguns recursos humanos (9 no total) ao abrigo de projetos internacionais, os quais se encontram na alçada do FRCT. No âmbito dos programas do Governo Regional para ocupação de desempregados, a DRCT integrou ainda em 2016 3 elementos (Programa “recuperar”), tendo os mesmos sido absorvidos, já em meados do ano, pelo FRCT (2), e outro pela Associação PCTTER.

Considerando a última remodelação orgânica e o alargamento das áreas de atuação da DRCT, o número de técnicos superiores, até ao final de 2016, revelava-se insuficiente para as necessidades do serviço. Esta carência (2 a 3 técnicos) faz-se sentir sobretudo nas tecnologias e telecomunicações, no acompanhamento das infraestruturas tecnológicas instaladas na RAA, designadamente as relacionadas com a área espacial, geodinâmica, geodésica e observação da terra, já que a DRCT não dispõe de qualquer técnico superior especializado nesta área para acompanhamento de todos os projetos tecnológicos cuja responsabilidade transitou da DROPC para a DRCT. Essa situação poderá ser colmatada com a criação da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço prevista no Programa do XII GRA, a qual irá abranger a integração de novos elementos que se dedicarão a essa área específica.

Revela-se ainda importante o reforço (2 a 3 elementos) ou estabilização de recursos humanos para apoio à operacionalização da Estratégia de investigação e inovação para a especialização inteligente da RAA, RIS3 Açores, (Um dos recursos transitados da DROPC no início da presente legislatura, colmatará em parte essa necessidade), assim como para o acompanhamento da Agenda Digital e Tecnológica dos Açores (ADTA).

Há necessidade, também, de contratação de técnicos superiores (3 a 4) com experiência na gestão de fundos centralizados pela Comissão Europeia (Horizonte 2020, LIFE, Call for Tenders, entre outros) e por Comissões Transnacionais (PO MAC, Espaço Atlântico, etc), visando responder às crescentes solicitações neste âmbito, designadamente, coadjuvando na área da intervenção do Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia. O atual volume de projetos aprovados, além da elaboração e submissão de candidaturas, enquanto entidade coordenadora ou parceira, exige a estabilização dos quadros afetos ao serviço. Por outro lado, os custos com pessoal afetos a projetos europeus centralizados pela EU são totalmente recuperáveis, representando um impacto financeiro nulo para o ORAA. A estabilização do quadro de recursos humanos permitiria otimizar o investimento e o retorno da RAA através de um modelo de diversificação de fontes de financiamento para a Ciência e Tecnologia e de incremento da ID&I no tecido produtivo regional.

A criação de sinergias transregionais e internacionais revela-se essencial, com vista à diversificação das fontes de financiamento e ao fomento da produção e internacionalização científica, através da participação em redes de excelência e em projetos de investigação em consórcio, envolvendo instituições nacionais e internacionais, de modo a favorecer o

desenvolvimento da Região e a sua projeção no Espaço Europeu de Investigação. Assim, apesar do FRCT contar com um número razoável de técnicos superiores pagos no âmbito dos projetos internacionais, a estabilização do quadro de recursos humanos revela-se importante.

Estes recursos a contratar seriam também essenciais no âmbito das funções de Organismo Intermédio (OI) acometidas à DRCT, designadamente no Eixo Prioritário 1: “Investigação, Desenvolvimento tecnológico e Inovação” e prioridade de investimento 1.1. do PO Açores 2020 e no apoio à elaboração e gestão de candidaturas ao mesmo programa.

Faz-se sentir também a necessidade de um recurso humano na área da informática para apoio aos utilizadores internos. Desde janeiro de 2015, no âmbito da reorganização do serviço ao nível das infraestruturas de rede e telefonia VOIP, o apoio está a ser prestado, remotamente, pela Divisão de Infraestruturas, Tecnologias de Informação (DTIC) do Gabinete da SRMCT. Contudo, seria importante a necessidade de um apoio in loco nesta área.

Finalmente, refira-se, a dificuldade relacionada com os exigentes processos das obras dos parques tecnológicos, não tendo a DRCT recursos humanos específicos nessa área, do ponto de vista técnico (engenharia civil). A esse nível, o apoio do Gabinete da SRMCT e da assessoria para as obras tem-se revelado fulcral, ao nível da assessoria técnica especializada e jurídica nas várias fases de preparação e execução dos projetos.

RECURSOS MATERIAIS

Equipamento informático

O computador faz parte do equipamento disponível em cada posto de trabalho da DRCT. Para além de computador portátil, todos os colaboradores têm acesso a impressora, fotocopadora e digitalizador, equipamentos que se encontram distribuídos pelos 2 pisos ocupados pela DRCT, de acordo com as necessidades.

Ferramentas de gestão

Na DRCT encontram-se disponíveis as seguintes ferramentas de gestão:

FERRAMENTAS DE GESTÃO

GeRFIP
SGC
idia- SG
Kelio e relógio virtual
W EuroSal2000

Segue-se uma breve explicação da sua utilidade e respetiva aplicação prática.

GERFIP

(*Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro* - Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas).

O Gerfip é uma aplicação informática de gestão contabilística e financeira partilhada pelos diferentes organismos da administração pública regional que permite a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública. Esta plataforma eletrónica é utilizada pela DGFA e pela SAA na gestão do Plano da DRCT.

SGC - SISTEMA DE GESTÃO DE CORRESPONDÊNCIA

O **SGC** é a aplicação informática de fluxo processual sequencial que permite a gestão, processamento e acompanhamento de todos os processos documentais. Possuindo uma instância própria nesta aplicação, a DRCT encontra-se integrada na instância SGC0010.

Pode ser acedida através do *link* <http://sgcweb.azores.gov.pt/> e é utilizada por todos os colaboradores da DRCT. Pode também ser acedida através de *email* de acesso interno cablado à rede local e também à rede exterior, via internet.

IDIA-SG

O **idia-SG** é uma aplicação informática de gestão de incentivos e projetos na área da investigação, desenvolvimento e inovação dos Açores, à qual se acede, em *backoffice*, através do endereço <http://idia.azores.gov.pt/bo/>. Permite a gestão de toda a informação relativa aos concursos abertos no âmbito das medidas de apoio, de financiamentos e projetos que vão sendo

implementados, incluindo submissão de candidaturas *online*, efetuada através do endereço <http://idia.azores.gov.pt/> .

A comunicação com os promotores dos projetos, iniciativas e ações desenvolvidas com o apoio da DRCT processa-se maioritariamente através do idia-SG.

De acordo com as respetivas funções, alguns colaboradores têm acesso à aplicação idia-SG, para gestão das várias fases dos processos de atribuição de incentivos na área da Ciência e Tecnologia.

KELIO E RELÓGIO VIRTUAL

O **Kelio** é um sistema de Gestão de Tempos e Controlo de Acessos utilizado para registo e controlo de assiduidade. A verificação biométrica é feita através de um cartão indentificador que facilita a utilização do sistema por parte dos funcionários.

O pantógrafo virtual (inserido na plataforma informática da intranet) também está em uso na DRCT, em alternativa ao uso do cartão, sendo acionada a presença do colaborador no seu computador e a validação exercida pelas chefias, relativamente ao pessoal que lhes está afeto.

WEUROSAL2000

Trata-se de uma aplicação informática utilizada para gestão de recursos humanos (assiduidade) e processamento de vencimentos dos bolsiros com contrato com o FRCT.

SIGRHARA

O **SIGRHARA** (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores) é um portal que visa a concretização de uma gestão integrada dos recursos humanos da administração regional. Integra, assim, informação sobre todos os colaboradores, constituindo-se como um banco de dados único com a informação respeitante aos recursos humanos. É constituído por registos que incluem o arquivo de todas as informações relevantes

no âmbito da atividade funcional e profissional dos colaboradores, bem como todos os elementos necessários ao processamento de vencimentos.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Rede GRA e correio eletrónico

Todos os colaboradores da DRCT estão registados na rede interna do Governo Regional dos Açores (**rede GRA**), à qual se acede através do *log in* constituído por nome do utilizador, composto pelas iniciais do primeiro e último nome, seguidas de 6 dígitos relativos ao dia e ano de nascimento (p. ex. AB231937), e uma *password* individual.

O nível de acesso à rede é gerido centralmente por controlo/licença de permissões pela Divisão de Tecnologias de informação e Comunicação do Gabinete em interligação com o Centro Coordenador das Comunicações, Tecnologias de Informação e Inovação (CCCTII) da Direção Regional de Obras Públicas e Comunicações (DROPC).

O serviço de sistema **Comunicator (Microsoft Lync)** permite a comunicação *online* em tempo real entre os colaboradores da DRCT e entre estes e outros colaboradores de outras organizações do Governo Regional. A *Microsoft Lync* é uma ferramenta corporativa que possibilita a partilha de mensagens instantâneas, acesso remoto, chamadas de áudio e vídeo e reuniões *online*.

O **Outlook** disponibiliza, para além do serviço de correio eletrónico, a possibilidade de planificação individual de atividades através da opção do calendário e da opção de tarefas que podem ser igualmente partilhadas. É a principal ferramenta utilizada em rede para utilização da conta de correio eletrónico do GRA, sendo um meio de comunicação interno e/ou com o exterior, mais célere e menos burocrático, a todos os níveis, sob a forma escrita, constituindo também uma das formas de reduzir a quantidade de papel produzido.

A comunicação interna, a todos os níveis, sob a forma escrita, é suportada preferencialmente por **correio eletrónico**. Em particular, despachos, convocatórias, legislação e muitos outros tipos de documentos são divulgados por esta via. Cada colaborador tem o seu endereço eletrónico com a terminação @azores.gov.pt.

O vídeo-skipe é também uma forma de comunicação muito em uso, designadamente no âmbito da gestão de projetos e contactos internacionais em que o serviço está envolvido.

A **Página Web** desta Direção Regional encontra-se disponível no endereço <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srmct-drct/>. A mesma dá acesso ao portal Ciência e Tecnologia <http://www.azores.gov.pt/Gra/CTacores>.

Este espaço constitui-se como o meio privilegiado de acesso à informação institucional por parte da população em geral e do público alvo em particular, designadamente com a informação sobre o Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, a divulgação da atividade da DRCT e dos concursos que são abertos.

Para facilitar a comunicação, na DRCT estão instituídos os seguintes grupos de correio eletrónico:

- drct.geral@azores.gov.pt - criado para difusão interna de informação.
- **DRCT:** info.drct@azores.gov.pt - recetores - Chefias intermédias e expediente - figura como o “endereço eletrónico institucional” e/ou a “porta de entrada” ao nível de eventuais solicitações dos utilizadores externos. O expediente reencaminha e direciona os assuntos ao nível das entradas em SGC.
- **Scientific Samples** - Antónia TSCF. Ribeiro; Francisco LWFM. Macedo; João MR. Gregório; - com o *email* scientific.samples@azores.gov.pt – criado para a receção dos pedidos de recolhas de amostras para fins científicos.
- **Plataforma idia-SG** - idia@azores.gov.pt - endereço eletrónico partilhado pelas chefias e técnicos superiores para controlo das notificações automáticas de *interface* no âmbito da plataforma idia-SG e para esclarecimento de questões ou dúvidas colocadas pelos beneficiários sobre a mesma.
- FRCT: frciencia@azores.gov.pt - recetores Conselho Administrativo do FRCT

RECURSOS FINANCEIROS – DOTAÇÃO E EXECUÇÃO

Numa breve análise em termos de histórico, os orçamentos do plano da DRCT apresentam variações associadas às várias alterações orgânicas na estrutura do Governo dos Açores. As oscilações resultaram também, obviamente, das opções políticas que em cada círculo governamental foram tomadas quanto aos investimentos nas áreas de desenvolvimento científico e tecnológico regional. Pela primeira vez, em 2001, a Ciência e Tecnologia aparece inscrita no Plano para a Região Autónoma dos Açores com uma dotação de 4.655.870,00€, destinados a apoiar o desenvolvimento científico na Região, Tecnológico e Informático. Até 2012, a vertente das tecnologias abrangeu sempre a modernização administrativa do Governo Regional dos Açores nas áreas específicas de informática (*hardware* e *software*) e ainda a componente das comunicações do Governo.

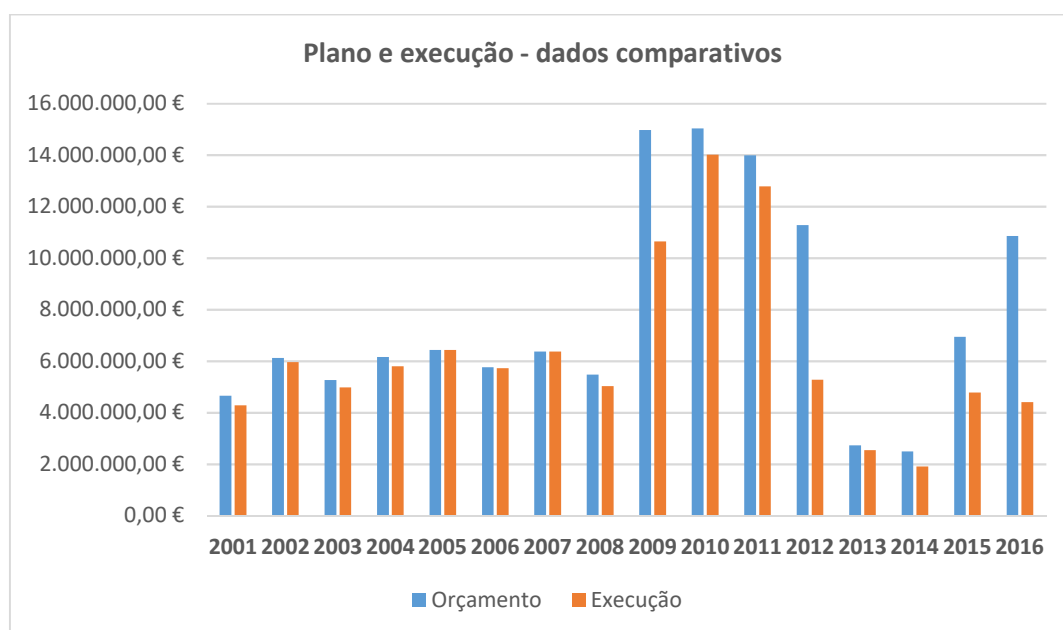
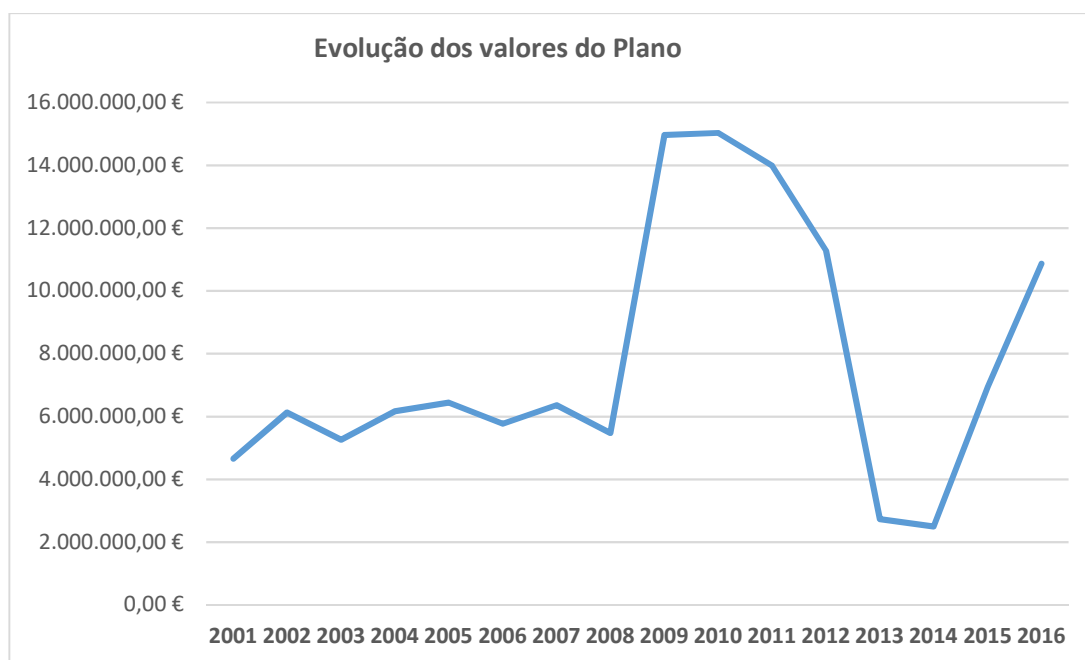
Evolução e dotações do Plano e execução de 2001 a 2016 – Dados comparativos

Ano	Orçamento	Execução
2001	4.655.870,00	4.280.360,16
2002	6.122.840,00	5.962.741,83
2003	5.260.109,00	4.981.646,97
2004	6.163.279,00	5.797.287,95
2005	6.438.650,00	6.436.159,33
2006	5.768.808,00	5.720.182,29
2007	6.366.365,00	6.365.829,22
2008	5.477.842,00	5.034.392,30
2009	14.969.314,00	10.644.425,03
2010	15.030.119,00	14.020.489,34
2011	13.989.739,00	12.781.573,42
2012	11.277.785,00	5.278.940,23
2013	2.731.000,00	2.538.012,93
2014	2.499.000,00	1.909.699,20
2015	6.939.810,00	4.784.246,14
2016	10.863.706,00	4.005.021,38

Notas:

1 - Em 2016 o valor do Plano (10.863.706,00 €) aproxima-se, ainda sem o conseguir, do valor dos anos de maior investimento (2009 a 2012), em C&T na RAA, sendo que uma parte significativa (cerca de 45%) corresponde ao investimento nos trabalhos dos Parques de Ciência e Tecnologia, com reflexos ao nível da respetiva execução, de acordo com o início/ritmo/andamento das obras.

2 - Refira-se que os anos de 2013 e 2014 correspondem ao período em que o orçamento dizia respeito apenas à área da Ciência (excluída a tecnologia), enquanto setor/área enquadrada pela Direção de Serviços da Ciência incluída no Gabinete da SRECC.



O investimento previsto entre 2013 e 2016 incidiu maioritariamente, e consoante os objetivos estratégicos vinculados no documento do Plano, nos projetos e ações transcritos nos quadros seguintes:

<u>ANO 2013</u>	
Ciência	2.538.012,96
Dotação	
Valorizar em Ciência	
Dotação	964.351,05

Cooperação e criação de parcerias em I&D	
Dotação	313.195,82
Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento	
Dotação	79.466,09
Apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	
Dotação	721.000,00
Transferências para o Fundo Regional para a Ciência	
Dotação	460.000,00

<u>ANO 2014</u>	
Ciência	
Dotação	1.909.699,20
Valorizar em Ciência	
Dotação	687.385,20
Cooperação e criação de parcerias em I&D	
Dotação	35.000,00
Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento	
Dotação	88.314,00
Apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	
Dotação	350.000,00
Transferências para o Fundo Regional para a Ciência	
Dotação	749.000,00

<u>ANO 2015</u>		<u>Proposta de Orçamento</u>
Ciência:		
Dotação		3.797.629,00
Valorizar em Ciência		
Dotação		1.600.000,00
Cooperação e criação de parcerias em I&D		
Dotação		430.659,00
Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento		
Dotação		666.970,00
Apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores		
Dotação		350.000,00
Transferências para o Fundo Regional para a Ciência		
Dotação		750.000,00
Tecnologias de informação e infraestruturas tecnológicas		
Dotação		3.142.181,00

Desenvolvimento de projetos de TIC	707.431,00
Dotação	
Incentivos a projetos de base tecnológica	334.750,00
Dotação	
REGGA – Rede geodésica de GPS dos Açores	100.000,00
Dotação	
Parque Tecnológico de S. Miguel - NONAGON	1.000.000,00
Dotação	
Infraestruturas de projetos tecnológicos (Parque Tecnológico da Terceira)	1.000.000,00
Dotação	

<u>ANO 2016</u>	<u>Proposta de Orçamento</u>
Ciência:	
Dotação	4.584.409
Valorizar em Ciência	2.790.000,00
Dotação	
Cooperação e criação de parcerias em I&D	494.409,00
Dotação	
Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento	200.000,00
Dotação	
Apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	350.000,00
Dotação	
Transferências para o Fundo Regional para a Ciência	750.000,00
Dotação	
Tecnologias de informação e infraestruturas tecnológicas	
Dotação	6.279.297,00
Desenvolvimento de projetos de TIC	862.431,00
Dotação	
Incentivos a projetos de base tecnológica	220.273,00
Dotação	
Desenvolvimento de rede de infraestruturas/Estações Espaciais	300.000,00
Dotação	
Parque Tecnológico de S- Miguel - NONAGON	1.336.593,00
Dotação	
Infraestruturas de projetos tecnológicos (Parque Tecnológico da Terceira)	3.560.000,00
Dotação	

Ao nível do orçamento de **funcionamento em 2016** os valores foram:

Orçamento	Estimado	Revisto	Realizado
funcionamento	795.000 €	752.500 €	727.058,86 €

Em 2016 a execução divide-se pelos projetos 05 – Educação, Ciência e Cultura e 10 – transportes, energia e infraestruturas tecnológicas, fruto ainda da estrutura orgânica do início da legislatura (quando ciência e tecnologia se separam). Os mapas de execução são os seguintes:

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL 2016

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL - 2016			
PLANO			
Entidade Executora:	Direção Regional da Ciência e Tecnologia		
Designação		RAA	
		Coluna Somatório	Valores Finais
5 EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA			
	Dotação Inicial	4 584 409,00	4 584 409,00
	Dotação Revista	4 584 409,00	4 584 409,00
	Despendido	3 322 163,47	3 322 163,47
5.7 Ciência			
	Dotação Inicial	3 834 409,00	3 834 409,00
	Dotação Revista	2 506 675,00	2 506 675,00
	Despendido	1 244 429,47	1 244 429,47
5.7.1 - Valorizar em ciência			
	Dotação Inicial	2 790 000,00	2 790 000,00
	Dotação Revista	1 462 266,00	1 462 266,00
	Despendido	680 052,18	680 052,18
<u>Execução Material</u>			
Apoios financeiros à gestão, coordenação e desenvolvimentos dos centros de ciência e dos centros de Investigação regionais, bem como cofinanciamento de diversos projetos de investigação e de divulgação científica de tecnológica.			
5.7.2 - Cooperação e criação de parcerias em I&D			
	Dotação Inicial	494 409,00	494 409,00
	Dotação Revista	494 409,00	494 409,00
	Despendido	16 379,24	16 379,24
<u>Execução Material</u>			
Apoios financeiros destinados a fomentar a cooperação e a criação de parcerias em I&D atribuídos a várias entidades do SCTA.			
5.7.3 - Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento			
	Dotação Inicial	200 000,00	200 000,00
	Dotação Revista	200 000,00	200 000,00
	Despendido	197 998,05	197 998,05
<u>Execução Material</u>			
Apoios às entidades do SCTA enquadrados nos vários concursos/medidas do PRO-SCIENTIA, designadamente apoio à organização de reuniões científicas; apoio à edição de publicações científicas; apoio a atividades de ensino experimental e iniciativas e projetos de divulgação científica,			
5.7.4 - Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores			
	Dotação Inicial	350 000,00	350 000,00
	Dotação Revista	350 000,00	350 000,00
	Despendido	350 000,00	350 000,00
<u>Execução Material</u>			
Apoio financeiro à Universidade dos Açores destinados a compartilhar os custos do desenvolvimento tripolar da instituição.			
5.8 Fundo Regional para a Ciência			
	Dotação Inicial	750 000,00	750 000,00
	Dotação Revista	2 077 734,00	2 077 734,00
	Despendido	2 077 734,00	2 077 734,00
5.8.1 - Transferências para o Fundo Regional da Ciência			
	Dotação Inicial	750 000,00	750 000,00
	Dotação Revista	2 077 734,00	2 077 734,00
	Despendido	2 077 734,00	2 077 734,00
<u>Execução Material</u>			
Transferências efetuadas para o Fundo Regional da Ciência e Tecnologia destinadas ao pagamentos das bolsas de investigação eA28:Q54 de propinas de doutoramento a investigadores a desenvolverem a sua atividade na Região Autónoma dos Açores.			

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL - 2016			
PLANO			
Entidade Executora:	Direção Regional da Ciência e tecnologia		
Designação		RAA	
		Coluna Somatório	Valores Finais
10 TRANSPORTES, ENERGIA E INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS			
Dotação Inicial		6 279 297,00	6 279 297,00
Dotação Revista		6 279 297,00	6 279 297,00
Despendido		682 857,91	682 857,91
10.10 Tecnologias de Informação e Comunicação			
Dotação Inicial		1 082 704,00	1 082 704,00
Dotação Revista		1 082 704,00	1 082 704,00
Despendido		542 926,90	542 926,90
10.10.4 - Desenvolvimento de projetos de TIC			
Dotação Inicial		862 431,00	862 431,00
Dotação Revista		862 431,00	862 431,00
Despendido		532 926,90	532 926,90
<u>Execução Material</u>			
Apoios ao funcionamentos dos Espaços TIC nas diferentes ilhas da Região, ao ensino experimental da ciência em diversas escolas do ensino básico e secundário da Região e a outras instituições de utilidade pública sem fins lucrativos no âmbito de projetos de desenvolvimento tecnológico.			
10.10.5 - Incentivo a projetos de base tecnológica			
Dotação Inicial		220 273,00	220 273,00
Dotação Revista		220 273,00	220 273,00
Despendido		10 000,00	10 000,00
<u>Execução Material</u>			
Pagamento da quota anual de representação da RAA na NEREUS .			
10.11 Sistemas de Informação e de Comunicações			
Dotação Inicial		300 000,00	300 000,00
Dotação Revista		300 000,00	300 000,00
Despendido		85 271,15	85 271,15
10.11.5 - Desenvolvimento da Rede de Infraestruturas/Estações Espaciais			
Dotação Inicial		300 000,00	300 000,00
Dotação Revista		300 000,00	300 000,00
Despendido		85 271,15	85 271,15
<u>Execução Material</u>			
Despesas de gestão, coordenação, manutenção e investimento na Estação RAEGE em Santa Maria			
10.14 Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos			
Dotação Inicial		4 896 593,00	4 896 593,00
Dotação Revista		4 896 593,00	4 896 593,00
Despendido		54 659,86	54 659,86
10.14.2 - Parque Tecnológico de São Miguel - Nonagon			
Dotação Inicial		1 336 593,00	1 336 593,00
Dotação Revista		1 336 593,00	1 336 593,00
Despendido		43 923,82	43 923,82
<u>Execução Material</u>			
Pagamentos correspondentes à atualização/ revisão dos projetos do Lote 32 do NONAGON -Parque de Ciência e Tecnologia da ilha de São Miguel			
10.14.3 - Parque Tecnológico da Ilha Terceira			
Dotação Inicial		3 560 000,00	3 560 000,00
Dotação Revista		3 560 000,00	3 560 000,00
Despendido		10 736,04	10 736,04
<u>Execução Material</u>			
Pagamento de despesas de manutenção e conservação do espaço destinado à construção do TERINOV - Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira			

Em 2016 parte significativa do valor do Plano (cerca de 45%) corresponde ao investimento nos trabalhos dos Parques de Ciência e Tecnologia, com reflexos ao nível da respetiva execução, de acordo com o início/ritmo/andamento das obras.

LEGISLAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS DE SUPORTE À AÇÃO

No ordenamento jurídico regional na área da Ciência e Tecnologia encontram-se atualmente em vigor:

PRO-SCIENTIA

- **Decreto Legislativo Regional nº 10/2012/A, de 26 de março** - cria o Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA) e aprova o sistema de atribuição de incentivos financeiros, designado de *Pro-SCIENTIA*;
- **Decreto Regulamentar Regional nº 17/2012/A de 4 de julho** - regulamenta o *Pro-SCIENTIA*.

Os referidos diplomas disciplinam o quadro normativo aplicável às entidades que se dedicam à investigação científica, difusão da cultura científica e tecnológica, desenvolvimento tecnológico e inovação e promoção das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na Região Autónoma dos Açores e que, nesta medida, integram o SCTA.

O **PRO-SCIENTIA** visa a prossecução dos seguintes objetivos:

- Consolidar o potencial científico e tecnológico dos Açores;
- Estimular a investigação em áreas relevantes;
- Reforçar a participação das empresas no SCTA;
- Promover a valorização económica das atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D);
- Incentivar a criação de sinergias transregionais e internacionais que projetem os Açores no Espaço Europeu de Investigação;
- Qualificar os recursos humanos da ciência;
- Promover a cultura científica e tecnológica e assegurar o acesso generalizado à sociedade do conhecimento.

São objeto de apoio por parte da DRCT, no âmbito do PRO-SCIENTIA, os seguintes eixos prioritários:

- **Valorizar** - valorização em Ciência e Tecnologia (C&T):
 - ✓ Capacitar as entidades do SCTA e valorizar as suas atividades;

- ✓ Impulsionar as atividades de investigação, desenvolvimento e inovação (ID&I) em contexto empresarial;
- **Cooperar** - cooperação e criação de parcerias em ID&I:
 - ✓ Reforçar a cooperação e transferência de conhecimentos e tecnologias;
 - ✓ Incentivar a criação de parcerias com o exterior;
- **Qualificar** - qualificação do capital humano para a sociedade do conhecimento:
 - ✓ Apoiar a formação avançada;
 - ✓ Promover a integração de quadros qualificados nas entidades do SCTA e nas empresas;
 - ✓ Incentivar a produção, formação e divulgação científica especializada;
 - ✓ Estimular a cultura científica e tecnológica.
- **Atualizar** – atualização em TIC:
 - ✓ Promover o acesso às TIC e à infoinclusão, mediante o reforço do papel dos recursos informáticos na construção e disseminação do conhecimento.

ACESSO A AMOSTRAS DE RECURSOS NATURAIS PARA FINS CIENTÍFICOS

Para além do PRO-SCIENTIA, há a referir dois diplomas enquadradores da ação da DCRT que versam sobre o acesso a amostras de recursos naturais para fins científicos:

- ***Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012/A de 20, de março de 2012;***
- ***Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2012/A, de 5 de novembro.***

O primeiro estabelece na Região Autónoma dos Açores o regime jurídico relativo:

- a) Ao acesso a recursos naturais- para fins científicos que incluem os recursos biológicos e genéticos, seus derivados e subprodutos, o ar, a água, os minerais e o solo;
- b) À transferência dos recursos naturais recolhidos e/ou acedidos, para fins científicos;
- c) À partilha justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização dos recursos naturais recolhidos e ou acedidos para fins científicos.

O segundo diploma desenvolve e regulamenta aquele regime jurídico.

ESTRATÉGIA DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DOS AÇORES (RIS3)

Como documento estratégico na área da ciência tem primordial relevo a **Estratégia de Especialização Inteligente dos Açores (RIS3)**. A especialização inteligente, conforme é definida pela Plataforma S3, é uma abordagem estratégica ao desenvolvimento económico, suportada por adequados processos de inovação e de investigação e desenvolvimento, materializada através do **apoio seletivo às atividades de investigação e de inovação**.

A Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente, para além de constituir uma referência das políticas públicas e dos investimentos estruturais regionais, é a base dos investimentos estruturais europeus, como parte da contribuição da Política Europeia de Coesão para a consecução dos grandes desígnios de política que a União Europeia sintetizou na designada “Estratégia Europa 2020”, articulando o crescimento inteligente, baseado no conhecimento e na inovação, com o crescimento sustentável através de uma economia mais eficiente, competitiva e ecológica, e com o crescimento inclusivo que conduza a uma sociedade com elevados níveis de emprego e coesão social. Esta estratégia, também designada pelo acrónimo RIS3 Açores (*Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation*), traduz-se em focar o investimento em investigação e inovação numa seleção de ativos e áreas estratégicas, considerando a sua diferenciação face ao exterior, com potencial para alavancar as vantagens competitivas da Região e o seu posicionamento em cadeias de valor internacional, combinando os diversos instrumentos de financiamento de modo a criar sinergias e melhorar a eficiência.

A Comissão Europeia, no âmbito da regulamentação da Política de Coesão da União Europeia (UE) para 2014-2020, tornou a elaboração de uma Estratégia de Especialização Inteligente uma condição prévia (“condicionalidade ex-ante”) para a utilização de Fundos Estruturais que deve ser considerada na preparação dos Programas Operacionais. O conceito tem subjacente que a definição de um conjunto reduzido de áreas prioritárias permitirá canalizar de forma mais eficiente os recursos para investimentos com maior impacto potencial na economia regional.

Apoiado nestas orientações, na anterior legislatura, o processo de desenvolvimento da RIS3 Açores foi definido no sentido da necessária seleção de prioridades, que permitam à Região focar os seus investimentos num conjunto limitado de opções, tendo em atenção as vantagens competitivas endógenas e a especialização internacional.

A identificação das prioridades regionais partiu de uma definição preliminar de áreas temáticas abrangentes, cuja seleção foi suportada em aspetos como: os principais ativos regionais; as prioridades políticas para as regiões ultraperiféricas e para os Açores em particular; O potencial de abrangência ao nível do desenvolvimento económico; a massa crítica e/ ou potencial crítico dentro de cada setor; o posicionamento internacional da região como um nó local em cadeias de valor globais.

Em linha com os objetivos da Especialização Inteligente, o desenvolvimento da **RIS3 Açores** procurou:

- **Focar os investimentos num conjunto limitado de opções**, com base nas vantagens competitivas endógenas e na especialização internacional (potencial de diferenciação face ao exterior);
- **Combinar um conjunto de instrumentos de apoio** adequado, procurando sinergias e melhorias na eficiência;
- **Mobilizar os atores locais** através de um processo empreendedor de descoberta;
- **Melhorar as ligações internas e externas da Região**, posicionando os Açores em cadeias de valor globais.

As **áreas temáticas** consideradas foram: **Agricultura, Pecuária e Agroindústria; Pescas e Mar; Turismo.**

O documento da RIS3 Açores remete também para a necessidade de existência de uma estrutura de governação que “está diretamente relacionada com a liderança e com a apropriação da Estratégia. Alinhada com as recomendações do Guia para a RIS3, a estrutura de governação para o processo de definição e implementação de uma RIS3 Açores sugeria a criação de uma Equipa de Gestão (*Management Team*), com funções executivas, de um Grupo de Acompanhamento (*Steering Group*), com funções de monitorização e orientação, de um Grupo de Verificação (*Mirror Group*), com a função de verificar a adequação das metodologias seguidas, e de vários grupos temáticos, alinhados com as prioridades que forem adotadas ao longo do processo.”

AGENDA DIGITAL E TECNOLÓGICA DOS AÇORES

Na área da Tecnologia destaca-se como principal documento estratégico a **Agenda Digital e Tecnológica dos Açores (ADTA)** que foi apresentada em julho de 2013 pelo Secretário Regional do Turismo e Transportes como o instrumento capaz de *“prever as condições para inovar e criar novos produtos de valor acrescentado, tendo por base a utilização intensiva de tecnologia, alargando a nossa base produtiva; agilizando a administração pública ou ainda majorando a inovação e utilização de tecnologia avançada nos sistemas de incentivos”*.

A ADTA visa, à semelhança dos congéneres nacional, “Agenda Portugal Digital”, e europeia, “Agenda Digital para a Europa”, estimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico, em termos gerais e, de forma muito particular, a economia digital e o setor das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica, através da utilização e do desenvolvimento de produtos e serviços digitais e tecnológicos. Tem como principais objetivos:

- a) captar investimento de base tecnológica para os Açores;
- b) melhorar as competências nas áreas das tecnologias e engenharias;
- c) promover o surgimento de pequenas e médias empresas orientadas para o mercado digital.

A ADTA é, pois, uma proposta transversal e mobilizadora de uma consciência e de uma prática coletiva, que, do ponto de vista da Administração Pública, se foca na promoção da desmaterialização de processos e na simplificação de procedimentos no que respeita à sua relação com o cidadão, ou seja, na implementação serviços mais simples, transparentes e inovadores, potenciadores de uma maior participação e satisfação das necessidades dos utentes.

Assim, esta proposta, integrada e interligada nas suas medidas/ações/programas e objetivos, a concretizar pelos diversos departamentos do governo dos Açores, muitos deles em parceria com um conjunto diversificado de atores sociais (Universidade, câmaras municipais, escolas profissionais, empresas/associações), resulta de uma reflexão global no sentido de se apontar um conjunto de boas práticas com vista à inovação, modernização da administração pública e apoio das empresas e à captação de investimentos de base tecnológica.

O horizonte temporal da sua execução prolonga-se até 2020 e prevê uma intervenção alicerçada em três grandes objetivos: captar investimento de base tecnológica para os Açores,

melhorar as competências nas áreas das tecnologias e engenharias e promover o surgimento de pequenas e médias empresas orientadas para o mercado digital.

A Agenda Digital e Tecnológica dos Açores é constituída por quatro eixos de intervenção:

- **EIXO 1** – Promover a Sociedade do Conhecimento e da Informação;
- **EIXO 2** – Incentivar a formação de base tecnológica;
- **EIXO 3** – Incrementar a transferência de tecnologia para as empresas;
- **EIXO 4** – Desenvolver infraestruturas tecnológicas.

Estes quatro eixos encontram-se subdivididos em 29 medidas que integram 7 programas diferentes, um dos quais em articulação com o BIC Azores (*Business Innovation Centre*). As medidas definidas, eminentemente de carter político e estratégico, abarcam transversalmente a maioria dos setores governamentais e ainda entidades privadas e do poder local (municípios, por exemplo) e a Universidade dos Açores.

AMBIENTE EXTERNO: DESTINATÁRIOS DA DRCT

A investigação e a cultura científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação são hoje considerados fatores decisivos para o desenvolvimento económico e progresso social. Assim, a intervenção da DRCTC nestas áreas, de acordo com aquelas que são as suas competências, deve ser entendida como transversal a todos os setores da sociedade. Deste ponto de vista, constituem-se como destinatários e beneficiários dos seus programas, projetos e atividades, múltiplas entidades e atores individuais de ciência, tecnologia e inovação.

Os serviços prestados prendem-se, essencialmente, com o apoio à investigação, desenvolvimento científico-tecnológico e inovação, à difusão da cultura científico-tecnológica e à promoção da sociedade da informação e do conhecimento.

O apoio traduz-se, em regra, pela atribuição de participações financeiras a projetos, iniciativas e ações desenvolvidos nestas áreas por diversos tipos de promotores, na sequência de concursos públicos devidamente regulamentados, ou através de subsídios pontuais, quando se encontra em causa alguma iniciativa específica, com o objetivo de garantir o desenvolvimento de projetos estratégicos de interesse regional.

Assim, podemos identificar toda a comunidade científica como beneficiária privilegiada da ação desta direção regional, em particular aquela que se enquadra em unidades de investigação e cujos projetos se desenvolvem em domínios prioritários, seja a nível regional, nacional ou europeu. Destacam-se, neste campo, a Universidade dos Açores e os seus centros de investigação, as unidades de investigação em contexto hospitalar, e as instituições particulares de I&D (fundações ou associações privadas sem fins lucrativos), ou infraestruturas tecnológicas (centros tecnológicos ou institutos de novas tecnologias), bem como todos os seus investigadores.

No que se refere à difusão da ciência e da tecnologia e à consolidação da sociedade da informação e do conhecimento, a ação da DRCT é transversal, percorrendo todos os setores da sociedade e abrangendo todos os cidadãos. Beneficiam, pois, diretamente dos apoios concedidos, na área da divulgação científica e tecnológica, instituições tão diversas como as escolas da rede pública regional de ensino, a Universidade dos Açores, os Centros de Ciência dos Açores, as associações sem fins lucrativos e todas as entidades, públicas ou privadas sem fins lucrativos, de natureza jurídica diversa, que promovem ações de divulgação científica e tecnológica.

No caso particular do acesso às tecnologias informáticas pelos cidadãos portadores de deficiência, o público-alvo da DRCT são, para além dos próprios cidadãos em geral, todas as entidades com infraestruturas de apoio à deficiência. Interessa ainda referir que, na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento, merece também a atenção e acompanhamento a administração pública regional, a reforma e modernização ao nível da informatização dos serviços, da desmaterialização de processos e da agilização de procedimentos.

As iniciativas no domínio da I&DI agrupam, também, todo o tecido empresarial que se constitui como parceiro fundamental no que à transferência e uso do conhecimento diz respeito. Relativamente a este setor, o mesmo deverá continuar a ter uma atenção reforçada, em linha com os objetivos previstos no PO Açores 2020, com o lançamento de medidas de apoio a projetos de investigação em contexto empresarial, no contexto de parcerias internas ou externas ao sistema científico e tecnológico regional (SCTA) e com a criação de condições proporcionadas pelas infraestruturas tecnológicas (parques de Ciência e tecnologia de S. Miguel e da Terceira) que potenciem a cooperação entre instituições de investigação e empresas.

Assim, a ação da DRCT caracteriza-se pela sua acentuada transversalidade a todos os setores da sociedade e o seu universo de clientes é constituído por todos os indivíduos e/ou instituições que desenvolvem atividades de ciência e tecnologia e possuem residência, sede ou estabelecimento estável, existente ou a constituir, na Região Autónoma dos Açores.

O Decreto Legislativo Regional nº 10/2012/A, que estabelece o regime jurídico do SCTA, define-o como o conjunto de recursos humanos, institucionais, materiais e financeiros organizados para a produção e promoção do conhecimento científico e inovação, através da investigação e desenvolvimento tecnológico, da transferência do conhecimento, da formação e qualificação avançadas e da difusão da cultura científica e tecnológica. No mesmo decreto define-se que as instituições que integram o SCTA se distribuem pelos seguintes subsistemas:

- a) Organismos de investigação científica; b) Infraestruturas tecnológicas; c) Infraestruturas de DC&T.

PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A Região Autónoma dos Açores tem vindo a desenvolver o seu potencial em áreas científicas e tecnológicas específicas, decorrentes da sua localização geográfica e condições naturais, mas também das competências das suas unidades de investigação e das valências já existentes ou em construção, cujo *know-how* precisa de ser reforçado, em prol do desenvolvimento socioeconómico regional, mas também da sua projeção internacional.

Na sequência das políticas definidas para o setor, na presente legislatura, destacam-se, como principais orientações estratégicas, as seguintes:

- **Consolidação do potencial científico e tecnológico regional** e promoção da capacitação, reestruturação, desenvolvimento e sustentabilidade do SCTA;
- **Internacionalização da investigação realizada na Região**, consubstanciando-se na participação em redes de excelência e em projetos tecnológicos e de investigação em consórcio, envolvendo instituições nacionais e internacionais, de modo a favorecer o desenvolvimento da Região e a sua projeção no Espaço Europeu de Investigação;

- **Transferência do conhecimento e de tecnologia para o tecido económico**, a promoção de áreas de valor acrescentado e de uma cultura de inovação, dando ênfase à criação de novo conhecimento direcionado para uma aplicação prática, para a resolução de problemas e necessidades específicas da Região, para a criação de novos materiais, produtos inovadores, novos processos, sistemas ou serviços;
- **Reforço da constituição de parcerias do conhecimento** e da articulação entre as entidades do SCTA e o tecido socioeconómico, e entre a investigação, a inovação e o empreendedorismo, no sentido de reforçar a **cooperação** entre os **centros de investigação** e as **empresas**, abarcando e fortalecendo cada elo da cadeia de inovação, desde a investigação fundamental até à transferência tecnológica;
- **Promoção da investigação em áreas relevantes** para a Região, valorizando as **especificidades regionais** e as **áreas estratégicas** para o seu desenvolvimento, em conformidade com o PO Açores 2014/2020 e com as prioridades definidas na **Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3)**;
- **Qualificação de recursos humanos em C&T**, através da formação avançada, divulgação científica especializada e difusão da cultura científica e tecnológica.

ÁREAS DE ATUAÇÃO E ATIVIDADES EM CURSO DESENVOLVIDAS EM 2016

PRINCIPAIS PROJETOS/AÇÕES INTERNAS ESTRUTURANTES

Coordenação transversal de programas regionais

ESTRATÉGIA DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DOS AÇORES (RIS3)

O Governo Regional dos Açores tem como objetivo estratégico um modelo de desenvolvimento económico baseado no conhecimento e na inovação, tendo em vista uma Região mais eficiente, mais competitiva e com níveis elevados de emprego. Para alcançar esse desígnio, o Governo dos Açores, no quadro das orientações definidas pela Comissão Europeia, desenvolveu uma Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente a implementar no período 2014-2020.

A RIS3 teve o seu início na Direção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações, transitou para a DROPTC em 2013 e foi reintegrada na DRCT em 2014.

Das iniciativas já promovidas pela DRCT destacam-se na legislatura finda:

- A aprovação do documento em 2014 – que esteve em processo de consulta pública no portal do GRA até 28 de julho de 2014, tendo a SRMCT promovido no dia 23 de julho, no Anfiteatro C do Campus da Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, uma sessão de apresentação da proposta que pretendeu mobilizar todos os interessados e os principais ativos regionais a darem o seu contributo.
- A aprovação da Resolução de Conselho de Governo de 6 de julho de 2015 sobre o modelo de governação da RIS3;
- A organização de diversos seminários em fevereiro e março de 2015 que tiveram por objetivo dar a conhecer a importância do desenvolvimento de estratégias de eficiência coletiva de redes nos Açores, visando o aumento de escala das empresas, a articulação de ações de capacitação para a inovação e para a internacionalização e a inserção em plataformas internacionais de conhecimento, privilegiando atividades de interação entre o mundo empresarial e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional.

Em final de 2015, **início de 2016** ocorreram as primeiras reuniões da Comissão Executiva nomeada na sequência da Resolução de Conselho de Governo atrás identificada, designadamente, para apreciação do enquadramento na RIS3 dos projetos de investigação apresentados no âmbito do concurso público enquadrado no Programa Operacional Açores 2020 (16 de julho a 28 de setembro de 2015) para o apoio a projetos de investigação.

Foram desenvolvidas as seguintes ações ao longo de 2016:

- ✓ **Procedimento por Deliberação por Escrito da Comissão Executiva da RIS3 Açores**
28 de janeiro de 2016

Emissão de parecer de alinhamento com as prioridades estratégicas da RIS3 Açores, por solicitação da DRCT, Organismo Intermédio do PO Açores 2020, para os projetos candidatados ao concurso aberto no Objetivo Específico 1.1.1 - *Aumentar a produção científica de qualidade e orientada para a especialização inteligente*, no âmbito do aviso Acores-45-2015-25.

30 de junho de 2016

Emissão de parecer de alinhamento com as prioridades estratégicas da RIS3 Açores, de projetos/bolsas submetidas pelo FRCT ao Programa Operacional Açores 2020 (FSE), na prioridade 10.2 *“Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas; Objetivo Específico “Aumentar o número de diplomados do ensino superior nomeadamente através de uma maior inclusão social de alunos de diferenciados meios socioeconómicos ao nível do acesso ao ensino superior e aumentar o número de doutorados na população açoriana”*; **Tipologias de ações: “Programas de formação avançada:** doutoramentos e pós doutoramentos, prioritariamente em áreas de estudo e investigação de relevante interesse para o desenvolvimento da economia regional e que representa uma mais valia em termos de empregabilidade no mercado de trabalho não académico.

✓ **Reunião Extraordinária da Comissão Executiva**

18 de fevereiro de 2016

Pedido de reapreciação de alinhamento: Emissão de pareceres de alinhamento de projetos submetidos ao eixo 1.1 do PO AÇORES 2020 com as prioridades da RIS3 Açores.

✓ **Reunião da Comissão Executiva**

15 de setembro de 2016

Emissão de parecer de alinhamento com as prioridades estratégicas da RIS3 Açores, dos projetos/bolsas submetidas pelo Fundo Regional da Ciência e Tecnologia (FRCT), no âmbito do Programa Operacional Açores 2020 (FSE) enquadrados na prioridade 10.2 *“Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas”*; Objetivo Específico *“Aumentar o número de diplomados do ensino superior nomeadamente através de uma maior inclusão social de alunos de diferenciados meios socioeconómicos ao nível do acesso ao ensino superior e aumentar o número de doutorados na população açoriana”*; **Tipologias de ações:** “Programas de formação avançada: doutoramentos e pós doutoramentos, prioritariamente em áreas de estudo e investigação de relevante interesse para o desenvolvimento da economia regional e que representa uma mais valia em termos de empregabilidade no mercado de trabalho não académico.

✓ **Criação de Estrutura técnica interdepartamental de suporte à operacionalização da Comissão Executiva RIS3 Açores**

Composição: Elementos técnicos superiores representantes dos organismos: DRCT; SDEA; DRPFE; DRAG; DRT.

✓ **Reuniões da Estrutura técnica de suporte à operacionalização da Comissão Executiva da RIS3 Açores**

Síntese das reuniões informais:

Foram elaborados os seguintes *drafts* de documentos de operacionalização:

- Regulamento de funcionamento interno;
- Regulamento para emissão de pareceres;

✓ **Reunião com a CCDD Norte**

22 de fevereiro

Representantes DRCT: Professor Nelson Simões, Margarida Palma, Pedro Pavão

Ordem de trabalhos:

- Ponto de situação da implementação na Região Norte, esclarecimento de dúvidas e obtenção de boas práticas relativas ao modelo de governação que possam ser replicadas.

✓ **Articulação com as estruturas nacionais: Reunião estruturas ENEI/EREI**

11 de fevereiro - Local: Agência de Desenvolvimento e Coesão

Representantes DRCT: Diretor Regional, na qualidade de coordenador da Comissão Executiva da RIS 3 Açores.

Ordem de trabalhos:

Funcionamento do modelo de governação da RIS 3, sobretudo o estágio de implementação e funcionamento dos órgãos previstos.

✓ **Articulação com as estruturas nacionais: Reunião dos Comités de Acompanhamento (CdA) PO Açores 2020**

16 de dezembro: Local: Angra do Heroísmo

Representantes DRCT: Diretor Regional

Ordem de trabalhos:

- Ponto de situação do Portugal 2020
- Ponto de situação do PO Açores 2014:
 - Mapeamentos; Instrumentos Financeiros: Ponto de situação (Estrutura, montantes aprovados e comprometidos, perspectivas de evolução); Condicionalidades ex ante; Avaliação 2014 – 2020; RIS3: Ponto de situação (Seleção de Projetos, governação, acompanhamento, perspectivas de evolução)
- Encerramento do período de programação 2007 – 2013:
 - Proconvergência e pro-Emprego: Informação sobre as realizações do período com base no relatório final de execução dos POs; Avaliação ex-post 2007 – 2013;

Em 2017 está prevista uma eventual avaliação da operacionalização e execução das estratégias de especialização inteligente dos Estados-membros da EU. Será uma oportunidade para se refletir sobre eventual reavaliação da RIS3 Açores – conforme também previsto no programa do XII GRA - e, eventualmente, explorar algumas alterações no seguimento da experiência até ao momento adquirida.

AGENDA DIGITAL E TECNOLÓGICA DOS AÇORES

Tal como o projeto anterior, a implementação da ADTA, transitou da DROPTC para a DRCT em 2014, tendo sido concebida e inicialmente implementada por aquela Direção Regional.

A DRCT continuou a desenvolver um conjunto de contactos e reuniões de trabalho com os restantes departamentos governamentais, no sentido de aprofundar e atualizar o levantamento de informação já iniciado em 2015 relativamente ao que se encontra a ser preparado, planeado e executado, com vista ao acompanhamento, monitorização e avaliação das várias medidas e ações previstas.

No âmbito da ADTA, a DRCT agendou e promoveu em 2015 um conjunto de contactos e reuniões de trabalho com os restantes departamentos governamentais, no sentido de proceder ao levantamento exaustivo do que se encontra a ser preparado, planeado e executado, com vista ao acompanhamento, monitorização e avaliação das várias medidas e ações previstas, conforme relatório do ano transato.

Ao longo de 2016 continuaram esses contactos, no decurso do **1º semestre**, tendo lugar as seguintes reuniões:

ENTIDADES	NOME	DATA PROPOSTA
Direção Regional da Educação	Dr. Rui Pacheco e Sr. Duarte Pinto	12 de abril às 9h30
SAUDAÇOR	Dr. Paulo Nunes	12 de abril às 15h00
SDEA	Dra. Celestina Oliveira, Dra. Marisa Toste e Dr. Jorge Pereira	20 de abril às 14h30
Direção Regional dos Transportes	Eng.º José Gomes	22 de abril às 9h30
Direção Regional de Organização e Administração Pública	Dr. Filipe Fagundes e Dr. Hélio Dias	21 de abril às 14h30
RIAC - Rede integrada de apoio ao cidadão	Sr. Luís Valente	21 de abril às 14h30
Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores	Sr. Presidente e Vice - presidente	21 de abril às 11h30
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	Dr. Guido Teles Tiago Vieira	21 de abril às 9h30
Nonagon	Dra. Teresa Ferreira	26 de abril às 9h30

Do levantamento efetuado até final de julho de 2016, pode concluir-se que uma grande parte das ações se encontra em implementação, embora algumas numa fase embrionária, outras numa fase mais avançada.

A ADTA compreende **65 ações distribuídas pelas 29 medidas. Já foram implementadas ou estão em curso 49 ações, o que representa uma taxa de execução de 75,38%.**

Algumas medidas já têm as todas suas ações em curso ou implementadas, como é o caso das M1, M2, M4, M5, M6, M7, M10, M18, M12, M13, M15, M16, M17, M18, M19, M25, M26, M27, M28 e M29.

As medidas M9, M11, M20 e M23, porém, ainda não apresentam qualquer ação em desenvolvimento por parte dos organismos do GRA e de outras entidades contactadas nesta fase de reuniões. Poderão, no entanto, encontrar-se em implementação por parte dos organismos com os quais ainda não foi possível reunir, nomeadamente a Universidade dos Açores.

Em termos de eixos, o 1 - *Promover a sociedade do conhecimento e da informação* e o 3 – *Incentivar a transferência de tecnologia* – são aqueles que apresentam um maior número de ações em curso e/ou implementadas, apresentando uma taxa de execução de 90% e 83%,

respetivamente, enquanto o eixo 2- *Incentivar a formação de base tecnológica* – é o que apresenta menos ações em curso ou implementadas, tendo uma taxa de execução de 59%.

Os gráficos que se seguem ilustram alguns dados estatísticos relacionados com a implementação das ações previstas na ADTA.

Gráfico 1 – Ações previstas/ações em curso e/ou implementadas por medida

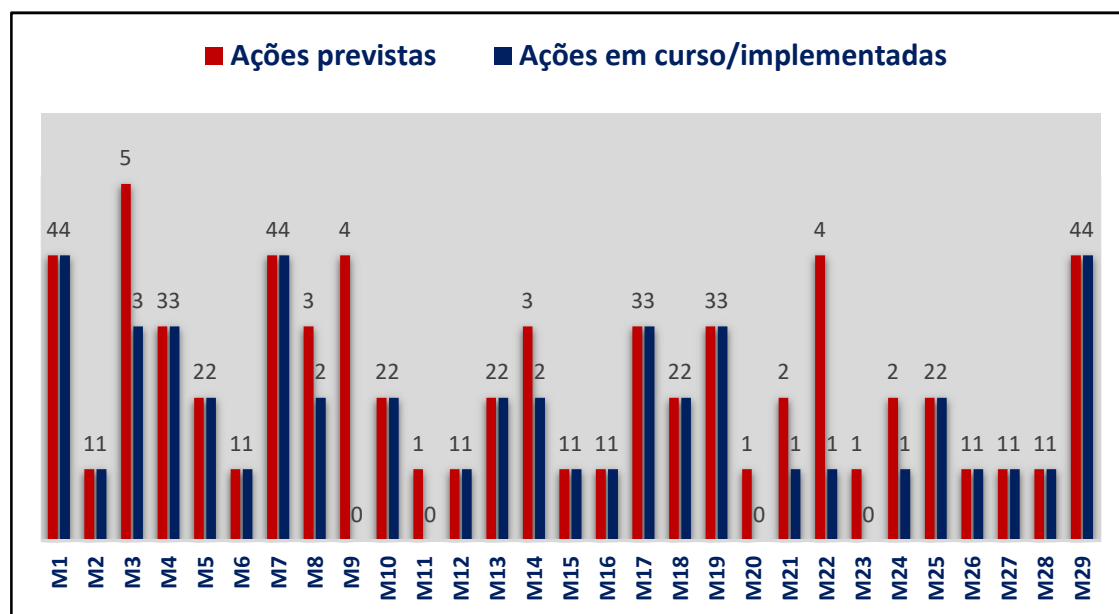


Gráfico 2 – Percentagem de implementação das ações previstas em cada medida

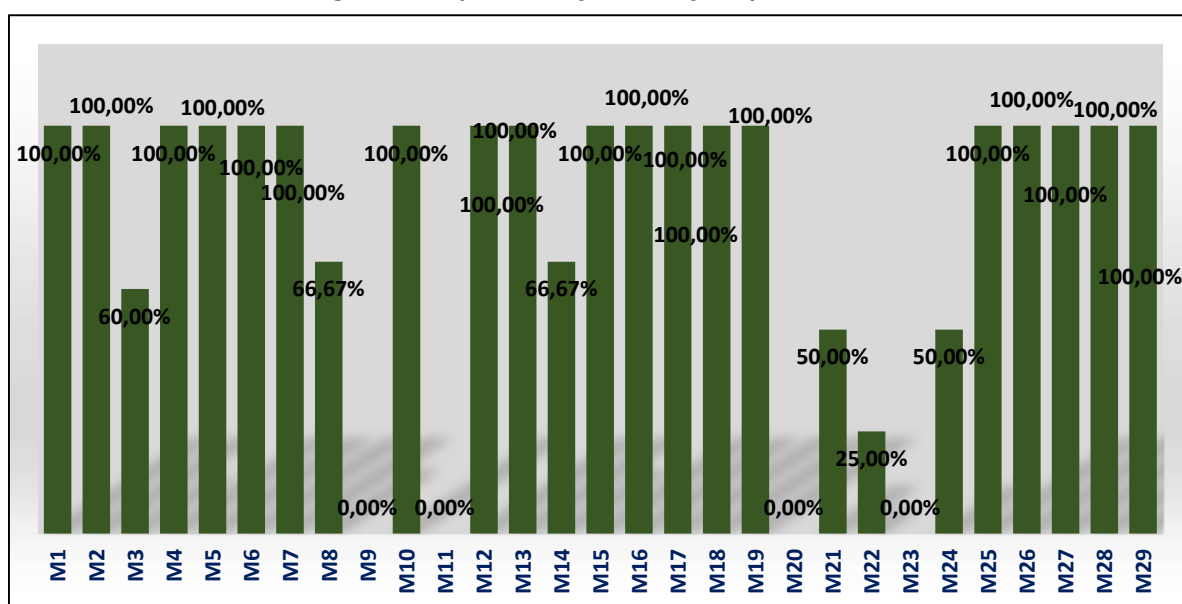


Gráfico 3 – Ações previstas/ações em curso e/ou implementadas por eixo

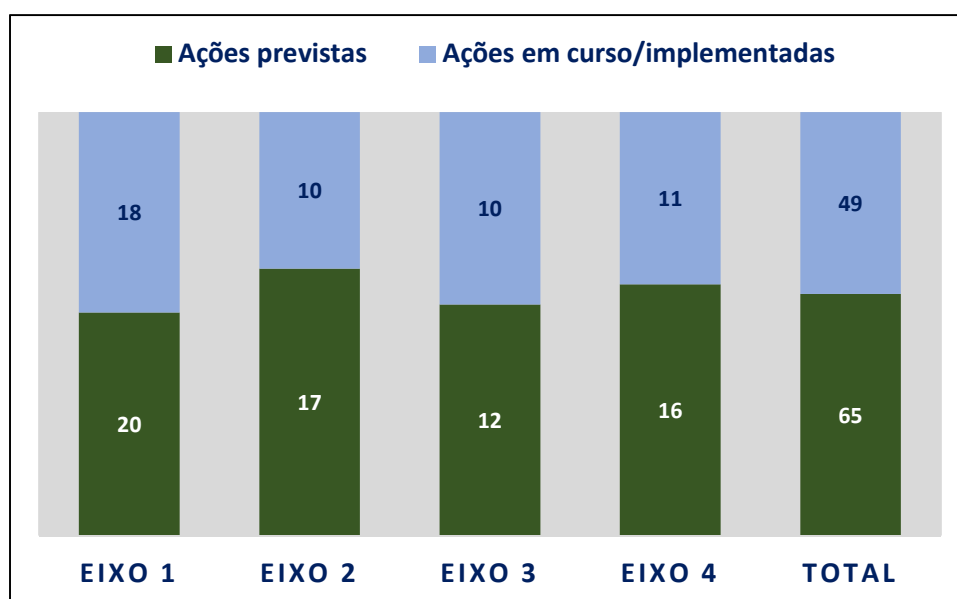
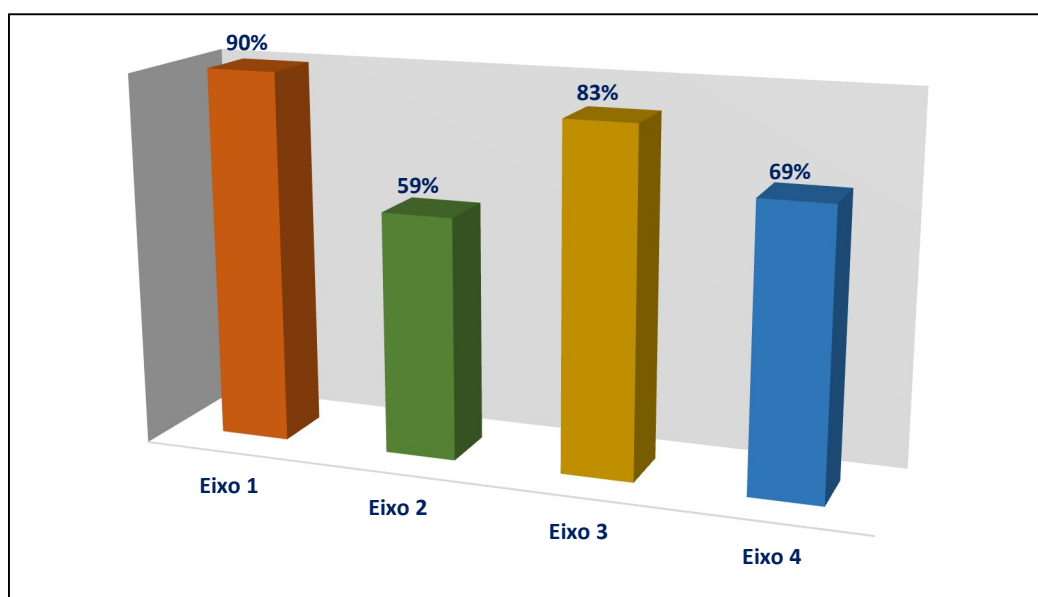


Gráfico 4 – Percentagem de implementação das ações previstas por eixo



No que diz respeito ao trabalho desenvolvido pela equipa de acompanhamento da DRCT, as principais dificuldades encontradas prenderam-se com a obtenção de respostas por parte de alguns departamentos do GRA, relativamente às informações ou reuniões pretendidas e solicitadas. Em alguns casos, houve também alguma dificuldade na conciliação de agenda para a marcação das reuniões.

Uma das principais condicionantes ao desenvolvimento dos trabalhos de acompanhamento da ADTA decorre, como já referido, do facto de não existir na DRCT qualquer recurso humano na área da informática/tecnologias da Informação e comunicação que possa integrar a equipa de trabalho.

Do ponto de vista dos diversos departamentos do GRA, as principais dificuldades para a implementação da ADTA, conforme foi sendo explicitado nas diversas reuniões, têm a ver com as restrições financeiras ou com as limitações técnicas existentes, como é o caso da insuficiente largura de banda para suportar determinadas aplicações. Diversos departamentos do GRA e algumas câmaras municipais manifestaram a necessidade e a intenção de promoção, num futuro próximo, de novas ações enquadráveis nas várias medidas da ADTA, já que as restrições orçamentais sentidas até ao momento têm impedido o avanço e desenvolvimento desejável ao nível de algumas das iniciativas planeadas. Algumas entidades já apresentaram projetos ao PO Açores 2020 na área das tecnologias, com vista à execução alguns projetos de desenvolvimento tecnológico e digital.

Comparando o levantamento da implementação das medidas previstas na ADTA efetuada em 2015 com o realizado em 2016, verifica-se que passou de uma taxa de implementação geral das ações de 58,46% para 75,38%. Em termos de implantação de ações, verificou-se um aumento cerca de 29%. No que se refere aos eixos, constata-se a mesma situação, pois de uma taxa média de execução de 57% passou-se para 75%, correspondendo a um aumento de cerca de 32%. Esta evolução já se revela a todos os níveis muito positiva e tem a ver com a própria dinâmica implementada pelos diversos departamentos do GRA nesta matéria, tendo alguns deles intensificado o seu esforço de implementação de novas ações, mas também com o facto de se ter alargado, em 2016, o universo de entidades contactadas;

Participação em iniciativas/programas/redes internacionais

NEREUS - NETWORK OF EUROPEAN REGIONS USING SPACE TECHNOLOGIES | REDE DE REGIÕES EUROPEIAS UTILIZADORAS DE TECNOLOGIAS ESPACIAIS

Os Açores são região fundadora e membro da Direção da Associação NEREUS (Network of European Regions using Space Technologies) desde 2008. Esta rede que congrega regiões utilizadoras de tecnologia espacial, foi criada com o intuito de explorar os benefícios das tecnologias espaciais e de difundir as respetivas aplicações ao serviço das Regiões e dos respetivos cidadãos, promovendo o desenvolvimento de respostas às necessidades dos

utilizadores finais destas tecnologias e potenciando o crescimento económico. Numa vertente mais política, esta rede pretende também defender a perspetiva regional na definição das Políticas e Programas Europeus do Espaço, contando com o contributo das Regiões membros.

A NEREUS, na qual a RAA procura ter um papel ativo, pretende alcançar, entre outros, os seguintes objetivos: Envolvimento em programas da União Europeia de forma a responder às necessidades dos utilizadores finais da tecnologia; Promoção e implementação de parcerias; Incremento da participação do cidadão na política espacial Europeia; Aumento do potencial de exploração das Tecnologias Espaciais de forma a sustentar o crescimento económico das Regiões; Manutenção de um diálogo e relacionamento próximo com as Autoridades Europeias.

A NEREUS assume um papel primordial na dimensão regional da política e programas europeus para o Espaço e encontra-se organizada em diferentes grupos de trabalho temáticos: *Earth Observation/(GMES) Copernicus WG; GNSS WG; Telecommunication WG; Technologies from Space Exploration WG; Communication, Education and Training (CET) WG; Clusters WG.*

A RAA é Membro Pleno da NEREUS desde a sua fundação (14/04/2008; Constituição da rede assinada pelo Dr. José AVS Contente, então Secretário Regional da Habitação e Equipamentos – IX GRA), conforme a Resolução do Conselho do Governo N.º 31/2008 de 3 de março, publicado no JO nº 43 I Série.

O envolvimento nesta associação e as atividades de *networking* que têm sido desenvolvidas no âmbito das aplicações das tecnologias espaciais e da observação da Terra, têm garantido à Região acesso a informação, consórcios e projetos internacionais, que têm permitido aumentar o aproveitamento dos Programas Copernicus e Galileo:

2011-2013 - FP7 – “Doris_Net: Downstream Observatory organised by Regions active in Space-Network- Fostering downstream activities and links with regions - 112 826,33 €

Este projeto teve como objetivo definir uma rede de Gabinetes de Contacto Regionais (Regional Contact Offices) para facilitar a ligação entre os atores regionais na temática da tecnologia espacial. Encerrado.

2017-2020 H2020 “MARINE-EO: Bridging Innovative Downstream Earth Observation and Copernicus enabled Services for Integrated maritime environment, surveillance and security”. 129.544,00€

Aprovado e em fase de assinatura de *Consortium e Grant Agreements* – data prevista de arranque: janeiro de 2017. Este projeto tem como objetivo o lançamento de concurso público

internacional para o desenvolvimento de soluções inovadoras para serviços baseados em dados de OT nos domínios marítimo e marinho.

2015-2017 – Call for Tender - Framework Contract No 385/PP/2014/FC - Copernicus User Uptake Framework Contract “Engaging with public authorities, the private sector and civil society for Copernicus user uptake” – valor dependente do envolvimento da RAA

Em curso. Este projeto, ao qual a RAA tem acesso via NEREUS, visa aumentar o grau de utilização dos dados/serviços provenientes do Programa Copernicus através do envolvimento de *stakeholders* nos vários setores (público, privado e não-governamental).

Como resultado do envolvimento em projetos e para a respetiva implementação tem sido necessário levar a cabo e/ou participar numa série de **eventos na Região e no estrangeiro**. Esta também tem sido uma forma de capitalizar os esforços de *networking* que têm sido feitos no sentido de potenciar a utilização dos dados e serviços Copérnicus.

Em 2016, são de referenciar os seguintes eventos em que a DRCT participou:

15/10/2016 - Conferência “Oportunidades e Desafios nos programas Europeus de Observação da Terra” - Apresentação por videoconferência (pelo TS Francisco LWFM Macedo) intitulada “Necessidades e requisitos da Região Autónoma dos Açores”; Organização FCT, Instituto Hidrográfico, Lisboa.

29-06-2016 - Reunião “Breakfast Meeting – Space for Maritime challenges in Europe” - Apresentação (pelo TS Francisco LWFM Macedo; acompanhado pelo Sr. DRCT e pela Diretora de Serviços Maria LL Ananias) da RAA (DRCT/FRCT) intitulada “Azores (DRCT/FRCT)... a partner for maritime projects!”; Organização NEREUS, Sede NEREUS, Bruxelas, Bélgica.

28/06/2016 - Evento “What can Sentinels do for Regions? A discussion about the use of Copernicus satellite data within Local and Regional Authorities in Europe” - Apresentação (pelo Sr. DRCT; acompanhado pela Diretora de Serviços Maria LL Ananias e pelo TS Francisco LWFM Macedo) dos resultados do workshop “The use of sentinel data for supporting land and marine spatial planning and management – specificities of small oceanic islands”; Organização ESA-NEREUS, Parlamento Europeu, Bruxelas, Bélgica.

04-05/2016 - Exposição "SPACE GIRLS SPACE WOMEN" - Exposição "Space Girls, Space Women"; inauguração a 20/04/2016 na presença da Doutora Ana Martins (Universidade dos Açores) e encerramento a 21/05/2016 na presença da Doutora Roya Ayazi (Secretária Geral NEREUS); Organização DRCT/FRCT, Sala de exposições da Biblioteca Municipal de Vila do Porto, Santa Maria, Açores.

20/04/2016 - Workshop "SENTINEL Activities in Santa Maria – Açores" - Apresentação (pelo TS Francisco LWFM Macedo) intitulada "A atividade da DRCT/FRCT na promoção da utilização de dados/serviços Copernicus por parte de autoridades públicas na RAA"; Organização EDISOFT, Hotel Colombo, Santa Maria, Açores.

14-17/03/2016 - Conferência "BiDS'16 - 2016 Conference on Big Data from Space - Research, Technology and Innovation" - Participação (do TS Francisco LWFM Macedo acompanhado pelo Doutor Artur Gil); Organização ESA, SatCen e JRC, Santa Cruz de Tenerife, Canárias.

15/02/2016 - Seminário "COPERNICUS: Towards the development of downstream services aiming specific contexts and user needs in the marine and maritime domains" - Participação da Doutora Ana Martins (Departamento de Oceanografia e Pescas – Universidade dos Açores) e do TS Fábio Vieira (FRCT); Organização DGPM, Centro de Informação Urbana de Lisboa, Lisboa.

IMPLEMENTAÇÃO DO INTERNATIONAL RESEARCH CENTRE (AIR CENTRE)

Em reuniões do Ministério da Ciência com a administração norte-americana, em **março/abril de 2016**, foi acordado o reforço da cooperação científica e tecnológica entre Portugal e os Estados Unidos da América, tendo sido levantada a possibilidade de criação, nos Açores, de uma agência de investigação internacional direcionada para as áreas do clima, da energia e do mar, considerando, precisamente, o potencial desta região autónoma nestas matérias e o seu posicionamento geoestratégico. Esse debate resultou do interesse regional e dos contactos havidos entre o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Secretário da Energia dos EUA, conduzindo aos workshops '*Atlantic Interactions: Knowledge, Climate Change, Space and Oceans*' realizados em Nova Iorque, a **15 de junho**, em Ponta Delgada a **27 de junho**, (este com cerca de meia centena de especialistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), da NASA e de vários institutos e universidades americanas e portuguesas) e ainda na sessão plenária "Ciências e Tecnologias para o Atlântico – a interação entre a ciência

dos dados, o espaço, as mudanças climáticas e os oceanos” no âmbito do Encontro ‘Ciência 2016’, organizado pela FCT (4 a 6 julho de 2016), que reuniu a comunidade científica portuguesa para a apresentação de projetos de investigação e para a discussão de temas de interesse em várias áreas do conhecimento, contando com a participação de centenas de cientistas e alguns embaixadores do arco do Atlântico.

Surgiu, assim, o projeto de instalação de um centro/plataforma de investigação internacional nos Açores, na forma de uma organização intergovernamental, com envolvimento de cientistas de todo o mundo e que beneficiará quer da localização privilegiada desta Região, quer da existência de um conjunto de infraestruturas na área da climatologia, vulcanologia, oceanografia e espacial.

Os eventos preparatórios realizados ao longo de **2016**, com o objetivo de reunir a comunidade científica internacional em torno do planeamento de um projeto de grande impacto para Portugal e para os Açores, mas também para a relação entre a Europa e os Estados Unidos e entre o norte e o sul, foram, então, os seguintes:

10 de junho - Workshop 1, Institute of International Education (IIE), New York City – US,

27 de junho - Workshop 2, University of Azores (UAç), Ponta Delgada, Azores – PT,

4 de julho - Workshop 3, “Ciência 2016”, Lisbon – PT,

29 de agosto - Workshop 4, European Space Agency (ESA), Paris – FR,

19 de setembro - Workshop 5, *Portuguese Permanent Representation to the European Union, Brussels – BE.*

Estes workshops pretenderam colocar à discussão, entre a comunidade científica e demais atores, uma nova agenda orientada para a melhoria do conhecimento em áreas como as mudanças climáticas, a energia e interações marítimas, terrestres e espaciais e evidenciaram um conjunto de infraestruturas existentes nos Açores que podem constituir-se como ponto de partida para a criação de um centro de investigação internacional, podendo destacar-se, entre outras, as infraestruturas tecnológicas já acima referidas. Para além dos cientistas, os workshops recolheram o interesse de muitos atores privados e de grandes empresas, em áreas como a aeronáutica ou a engenharia oceânica.

Novos workshops, foram realizados (Brazil, Colombia, USA, Morocco, South Africa) no trimestre final de 2016, estando em discussão o **primeiro documento relativo à agenda para a**

criação dos Açores do AIR Centre, apresentado em agosto de 2016, *“Towards a research and technological agenda for an Azores International Research Center (AIR) - An integrative approach to Atmospheric Science and Climate Change, Data Science, Energy Systems, Space and Applications, Ocean Science and Technology for the Atlantic, through North-South S&T cooperation”*.

Este documento centra-se sobre a oportunidade, vantagens e mais valias resultantes da criação, nos Açores, de um centro de investigação internacional nas áreas das ciências atmosféricas e mudanças climáticas, sistemas energéticos, aplicações espaciais e ciências do mar. Trata-se de um documento preparatório que servirá de base a um livro branco elaborado por um Comité Científico Internacional, promovido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com os contributos decorrentes de um processo de consulta internacional e dos resultados de diversos workshops organizados para o efeito. O documento evidencia de forma clara as condições geográficas, geológicas, marítimas e estruturais que conferem aos Açores o posicionamento estratégico ideal para o desenvolvimento da ciência, do conhecimento e da cultura científica em determinadas áreas.

São destacadas no documento as potencialidades, recursos e *know how* açoriano no que concerne ao desenvolvimento de uma melhor compreensão e maior conhecimento do oceano e das suas interações com a atmosfera e o espaço, da gestão dos recursos marinhos, da monitorização do clima e fenómenos atmosféricos, do desenvolvimento de novos modelos, da mitigação de riscos, entre outros, valorizando-se as especificidades regionais e as áreas estratégicas com implicações no seu desenvolvimento global.

Na base de um adequado e integrado desenvolvimento destas áreas é colocada a cooperação internacional multilateral e a colaboração interdisciplinar, fatores chave para a concretização de uma abordagem científica integradora, complexa e inovadora, que deverá passar também pela associação entre indústria e conhecimento. A consolidação do potencial científico e tecnológico regional e a promoção da capacitação, reestruturação, desenvolvimento e sustentabilidade do sistema científico regional poderá também vir a beneficiar significativamente com a instalação do AIR - Center, já que permitirá o aprofundamento da internacionalização da investigação realizada na Região, consubstanciando-se na participação em redes de excelência e em projetos tecnológicos e de investigação em consórcio, envolvendo instituições nacionais e internacionais, favorecendo, assim, o desenvolvimento da Região e a sua projeção internacional.

Aproveitando a localização estratégica dos Açores e a sua centralidade no Atlântico Norte, o AIR – Centre pretende, assim, apresentar-se como uma plataforma internacional de estudos avançados em áreas cruciais para o desenvolvimento sustentado a nível mundial. As infraestruturas já existentes nos Açores e identificadas no documento podem constituir uma parte importante do que se pretende que venha a ser este centro de investigação internacional, ao que acrescerá ainda o eventual estabelecimento de protocolos de cooperação com outras infraestruturas europeias, tendo em vista a criação de sinergias e otimização de recursos.

O projeto esteve, assim, em fase de planeamento até final de 2016, prevendo-se ações mais concretas em 2017.

PARTICIPAÇÃO DO FRCT EM PROJETOS INTERNACIONAIS

O Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia (FRCT), entidade que partilha com a DRCT competências na área da I&D e no seu financiamento, especializando-se na gestão da formação avançada (bolsas de investigação) e na captação de projetos enquadrados em programas internacionais, já no decorrer da legislatura anterior vinha reforçando a sua participação em projetos europeus. Salienta-se em 2012 a submissão da sua primeira candidatura como parceiro Coordenador de um projeto inter-regional de grande escala, a saber, NetBiome-CSA, que foi aprovado para financiamento, sendo referenciado como um exemplo de sucesso.

Assim, o FRCT tem vindo a conseguir uma maior captação e diversificação das fontes de financiamento externo da I&D regional, resultantes de prestações de serviços a parceiros internacionais e de financiamentos comunitários diretos no âmbito de projetos em consórcios ou parcerias em que participa, enquadrados nos programas europeus de financiamento da I&D.

Em 2016, o FRCT participava já em **15 projetos** enquadrados nos vários programas europeus de investigação. O FRCT no final de 2016 aguardava a avaliação de mais 2 projetos submetidos ao H2020, e 9 submetidos ao programa de financiamento ESPAÇO ATLÂNTICO.

Esta dinâmica e empenho pretende fomentar a internacionalização da investigação dos Açores, a sua projeção no Espaço Europeu de Investigação, através do incremento da participação e envolvimento dos investigadores regionais em programas de financiamento europeu, favorecendo desta forma o desenvolvimento da Região.

Implementação de infraestruturas de base tecnológica

A RAA tem vindo a desenvolver o seu potencial em áreas científicas e tecnológicas específicas, em função da sua localização geográfica e condições naturais, mas também das competências e valências já existentes e/ou em construção, cujo *know how* e excelência precisam de ser reforçados, em prol do desenvolvimento socioeconómico regional, mas também da sua projeção internacional. Entre essas áreas encontram-se as ciências e as tecnologias do mar, as pescas, o ambiente, as alterações climáticas e a biodiversidade, a vulcanologia/sismologia e a prevenção de riscos geológicos, a biotecnologia agroindustrial e marinha e a tecnologia espacial.

É, pois, de relevar a aposta regional na captação de investimentos num conjunto de infraestruturas técnico-científicas, como é o caso das relacionadas com a área da tecnologia aeroespacial. Atualmente, são já muito significativos os avanços alcançados ao nível da implementação destas infraestruturas e do desenvolvimento de projetos centrados na utilização de Tecnologia Espacial, com considerável reflexo no posicionamento estratégico dos Açores nesta matéria, enquanto elo de uma importante cadeia internacional.

São exemplos dessas infraestruturas:

- a estação de rastreio de satélites da Agência Espacial Europeia (ESA), em Santa Maria, que passa, a partir de 2009, para duplo uso (Observação da terra e serviços de seguimento/*tracking*);
- a *Galileo Sensor Station* (GSS), em Santa. Maria;
- a Estação RAEGE, também em Santa Maria (já inaugurada) e a das Flores (trabalhos iniciais de preparação), integradas na Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais, destinadas à realização de estudos de radioastronomia, geodesia e geofísica;
- estação ARM, na Graciosa, que se apresenta como um observatório e uma plataforma internacional de estudos climáticos avançados no Atlântico;
- a Estação de Infrassons I42PT, na Graciosa, destinada a monitorizar a realização de ensaios nucleares.

Todos estes projetos, cujo acompanhamento está a ser feito pela DRCT, são estruturantes pelo papel de centralidade que assumem nesta área do Atlântico Norte, abrindo

novas oportunidades e desafios à sociedade açoriana em termos de conhecimento, inovação, empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico.

ESTAÇÃO DE RASTREIO DE SATÉLITES DA AGÊNCIA ESPACIAL EUROPEIA (ESA), EM SANTA MARIA E GALILEO SENSOR STATION (GSS)

Inaugurada a 17 de janeiro de 2008, por Gaele Winters, Director de Operações e Infraestruturas, e pelo Prof. Mariano Gago, Ministro Português da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a estação de rastreio de satélites de Sta. Maria foi a primeira infraestrutura da agência europeia em Portugal e uma das primeiras estações da rede de estações ESTRACK com a capacidade para fazer rastreio de lançadores durante todas as fases de propulsão.

A estação passa, a partir de 2009, para duplo uso (**Observação da terra e serviços de seguimento/tracking**) ambos operados pela EDISOFT. Foi no seguimento desse investimento que se estabeleceu a **Galileo Sensor Station (GSS)**, também no mesmo local, juntando-se a uma vasta rede de estações de monitorização do sinal, intervalos do relógio e posição dos satélites Galileo em órbita da Terra. A sua inauguração teve lugar a 26 de março de 2014. Tendo esta estação (GSS) sido disputada também pela Região da Madeira e das Canárias, com a sua instalação nos Açores, Portugal passou a deter a 12ª estação de uma rede que prevê 15 infraestruturas destas espalhadas por vários países.

Este é um projeto estruturante pelo papel de centralidade que a Estação assume nesta área do Atlântico Norte, abrindo novas oportunidades e desafios à sociedade açoriana e em termos de conhecimento, inovação, empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico.

ANTENA DE PERTH

Uma nova antena de 15m vai ser instalada para fazer o upgrad da ESA tracking. Esta antena e o sistema desenvolvido pela ESA, o *European Space Tracking (ESTRACK)*, vão permitir que Portugal possa reforçar a oferta de serviços terrestres para a ESA, a partir dos Açores, bem como para outros operadores internacionais na área do espaço, nomeadamente ao nível de futuras missões científicas, exploração robótica, observação da Terra e, sobretudo, futuros lançadores de satélites.

Foi assinado compromisso entre a ESA, o Estado Português e o Governo dos Açores para que a Estação de rastreio de Santa Maria venha a receber, no 2.º trimestre de 2017, a antena que será desmontada na Austrália a partir de dezembro de 2016. A Operação/exploração da antena será concessionada pela ESA à EDISOFT para plena utilização no âmbito de rastreio de lançadores e acompanhamento de várias missões espaciais, das quais se destaca o programa PROBA3 (estudo do Sol). Até ao final do primeiro trimestre de 2017 prevê-se: (i) chegada a Santa Maria da antena e todos os equipamentos – responsabilidade da ESA; (ii) serem concluídos todos os levantamentos e estudos de base à implantação da antena – responsabilidade do GRA; (iii) ser construída a torre de betão e infraestruturas do terreno – responsabilidade do GRA.

A montagem da antena está prevista para início do 2º trimestre de 2017, com previsão de conclusão para 8 meses após início da construção.

RAEGE – REDE ATLÂNTICA DE ESTAÇÕES GEODINÂMICAS E ESPACIAIS

Tem sido dada particular atenção aos projetos de implantação de infraestruturas tecnológicas na região, em particular no domínio do Espaço, conforme acima já referido. O esforço de captação de investimentos e desenvolvimento de projetos desta área teve início na extinta DRCTC, tendo a responsabilidade de todos os projetos transitado para a DROPTC em 2013 e passado de novo para a DRCT em 2014.

O projeto RAEGE tem como propósito a construção de uma rede de 4 estações geodésicas fundamentais destinadas à realização de estudos de radioastronomia, geodesia e geofísica. A 29 de abril de 2010, foi assinado entre o Governo dos Açores (GRA), através do Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (SRCTE), e o Instituto Geográfico Nacional (IGN) do Ministério do Fomento do Governo de Espanha, representado pelo seu Diretor Geral, D. Alberto Sereno Alvarez, um memorando de entendimento tendo em vista a cooperação para o estabelecimento de RAEGE, através de um projeto de instalação e funcionamento operativo de 4 estações geodésicas fundamentais (EGF), destinadas à realização de estudos de astronomia, geodesia e geofísica, localizadas em Yebes e Guadalajara, em Espanha; nas Canárias; em Santa Maria e nas Flores.

O memorando de entendimento entre a RAA e o Instituto Geográfico de Espanha prevê a instalação, em cada uma das 4 estações (2 em Espanha e 2 na RAA), de um radiotelescópio para

VLBI (Very Long Baseline Interferometry) geodésico do tipo VLBI 2010 (diâmetro de cerca de 12 m), entre outros equipamentos, bem como a construção das infraestruturas e instalações necessárias para o acesso, segurança e funcionamento dos equipamentos.

Ambas as partes acordaram na gestão e coordenação conjunta de todas as atividades científico-técnicas a desenvolver tanto nas estações como nos centros de base sede (previstos um em S. Miguel e outra em Yebes), considerando as 4 estações como uma só unidade operativa.

ESTAÇÃO DE SANTA MARIA

A Estação Geodésica e espacial de Santa Maria, destinada à realização de estudos na área de astronomia, geodesia, geofísica e das correspondentes aplicações de serviço público e integrada na Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (RAEGE), foi inaugurada a 20 de maio de 2015, tendo-se procedido, à data, à aquisição de alguns consumíveis, materiais e equipamentos básicos, nomeadamente mobiliário e algum equipamento informático.

A 22 de abril de 2015 foi celebrado um contrato de comodato entre a SEGMA e a RAA (DRCT), de acordo com o qual a primeira cede à segunda, a título gratuito, o prédio rústico, as instalações e os equipamentos onde se encontra localizada a RAEGE, pelo período de 1 ano, sendo sucessivamente renovável por iguais períodos, salvo se qualquer uma das partes o denunciar.

Foi também assinado com a GLOBALEDA, a 26 de maio de 2015, um contrato de prestação de serviços para a gestão e operacionalização da estação de Santa Maria até final de 2015, no valor global de 88.382,00€ (IVA incluído).

Em 2015 iniciaram, também, funções na estação de Santa Maria dois engenheiros remunerados pelo parceiro espanhol.

Ao longo de 2016 procedeu-se ao apetrechamento da estação, com vista ao seu funcionamento regular. Efetuaram-se, assim, inúmeros processos de aquisições de serviços e de materiais e equipamentos, de que se destacam os seguintes: Serviços essenciais para a operação (instalação de cablagens e materiais e equipamentos diversos e serviços de teste de desempenho, a realizar pela SEGMA); serviços para a manutenção dos Sistemas Energia e

Sistemas AVAC; serviços de limpeza de antena; serviço de reparação de suportes de ar condicionado; aquisição de sistema de refrigeração para contentor de comando da antena; aquisição de ar condicionado para cabine de elevação; aquisição de solução Videovigilância; aquisição de equipamentos de cabling e dados - comunicações (1 switch gigabite POE e 2 telefones VOIP); aquisição de materiais eletrónicos (2 racks para VLBI/ 1 rack comunicações/ 1 rack servidores e armários para data center); aquisição de material informático: KVM - écran e teclado multicomputador.

ESTAÇÃO GEODÉSICA ESPACIAL DA ILHA DAS FLORES

No âmbito das atividades com vista à programação de estudos de viabilidade da estação de VLBI da Ilha das Flores, **iniciaram-se em 2016** os trabalhos preparatórios de estudo de RFI (radiofrequência), prévios à construção de infraestruturas e à instalações da antena nas Flores, bem como à instalação do radiotelescópio.

Para tal, deslocou-se já àquela ilha uma equipa constituída pelo Diretor Adjunto da RAEGE e pelos Eng.º Ruben Bolano e Eng.ª Susana Espada com o objetivo de aferir e encontrar uma localização otimizada para a instalação da futura estação. Em final de agosto deslocou-se de novo às Flores uma equipa do LREC, acompanhada do Eng. Luís Santos, da DROPC, para efetuar os estudos geológicos necessários à escolha definitiva do mesmo.

Foi também apresentada **proposta, em 2016**, para a constituição da **Associação RAEGE**, a qual se encontra para apreciação superior. A atividade principal da Associação traduzir-se-á na gestão, dinamização e promoção da investigação científica e tecnológica nas áreas da radioastronomia, geodesia e geofísica, georreferenciação, navegação, vigilância e alerta de riscos naturais e técnicas complementares à tecnologia VLBI, designadamente a gravimetria, GNSS, GNSS-R, com o intuito de contribuir para a produção de conhecimento e desenvolvimento económico das partes envolvidas, potenciando a execução das políticas públicas regionais, incluindo a dinamização do sector privado e a prestação de serviços nos domínios referidos. Propõem-se como associados fundadores os seguintes: i) Região Autónoma dos Açores, representada pelo departamento do governo com competências em matéria de Ciência e Tecnologia; ii) Município de Vila do Porto, representado pela Câmara Municipal de Vila do Porto; iii) Município das Lajes das Flores, representado pela Câmara Municipal das Lajes das Flores; iv) Universidade dos Açores, representada pelo Reitor; v) CIVISA – Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores, representado pela respetiva Direção.

Estratégia e ecossistema de inovação: iniciativas de ID&I empresariais / parques de ciência e tecnologia

A DRCT não sendo a gestora direta dos incentivos aos privados/empresas promove as ações na área da ID&I em contexto empresarial, na interligação com outros departamentos e, designadamente, com a Autoridade de Gestão do PO Açores 2020, assim como promove a dinamização do ecossistema de inovação regional através da dinâmica enquadrada nos Parques de Ciência e Tecnologia.

Em linha com os objetivos previstos no PO Açores 2020, desenvolveu-se, em 2015 e início de 2016, o trabalho de **elaboração de regulamentação/edital/aviso de concurso** para este grupo de destinatários, designadamente, através da promoção de projetos de investigação em contexto empresarial.

Neste contexto, a **13 de maio de 2016**, foi lançado **concurso do P.O. Açores** (Aviso Nº ACORES-47-2016-06), aberto em permanência até ao final de 2018, para projetos de investigação e desenvolvimento **(I&D) em contexto empresarial**, alinhados com a RIS3 regional, com uma dotação FEDER de 2 M de euros, destinados às empresas e/ou em copromoção empresarial e com entidades não empresariais do SCTA.

Esta medida de apoio à ID&I em contexto empresarial, enquadrada no *Eixo Prioritário 1: Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação*, Prioridade de Investimento 1.2., Objetivo Específico 1.2.1 - *Fomentar as iniciativas de I&D de contexto empresarial, reforçando a ligação das empresas aos centros de I&D e ao ensino superior*, complementa as restantes medidas de apoio às empresas, no âmbito do Competir+ e do Eixo 3 do PO, com vista a potenciar a competitividade das empresas, o empreendedorismo, a criação de emprego e o desenvolvimento económico e social regional.

O objetivo é fomentar as iniciativas de ID&I em contexto empresarial, através do apoio ao desenvolvimento da inovação, da cooperação e da criação de sinergias entre as empresas e as restantes entidades do SCTA, e proporcionar o aumento da intensidade e do investimento em atividades de ID&I nas empresas e respetiva valorização económica. Por outro lado, pretende-se estimular a incorporação de novos conhecimentos e capacidades que permitam o desenvolvimento de processos, serviços ou sistemas inovadores, ou de novos produtos, ou, ainda, a melhoria dos existentes, através do apoio a projetos que envolvam atividades de investigação aplicada e/ou de desenvolvimento experimental. Com os apoios a prestar neste

domínio pretende-se, assim, dinamizar a investigação em consórcio promovida e desenvolvida por empresas e instituições científicas e lançar as bases para a generalização e intensificação das relações de índole científica e técnica entre as diferentes instituições de ID&I. O desenvolvimento local de aplicações inovadoras apela a medidas de apoio à transferência de tecnologias genéricas já existentes, em domínios de atividade essenciais à economia regional, identificados no processo de especialização inteligente, e nos quais a Região revela potencial e competências específicas.

Paralelamente, de forma complementar e integrada, numa estratégia política que se apresenta coerente e articulada, estão em pleno processo de implementação os **Parques de Ciência e Tecnologia**. São sobejamente conhecidos os objetivos destas infraestruturas que concentram diversos serviços, espaços e atividades que visam estimular sinergias e aproximar os centros de conhecimento (universidades, centros de investigação e escolas) do setor produtivo (empresas em geral), por forma a facilitar o desenvolvimento de inovações técnicas, novos processos ou ideias, tornando as empresas e a economia mais competitivas. A interação entre as empresas e as universidades e a troca de experiências entre as próprias empresas têm vindo a ser consideradas decisivas no desenvolvimento económico de uma região, em virtude de criarem as condições para o aparecimento de incubadoras e empregos qualificados em empresas sustentáveis e de base tecnológica, capazes de oferecer produtos e serviços de valor acrescentado no mercado global.

O paradigma atual na EU, ao nível do apoio à investigação, obriga à reorientação da mesma com vista à procura de um conhecimento inovador e com uma forte orientação aplicada. Esse desiderato, a par da promoção da transferência do conhecimento e das tecnologias, tem como linhas condutoras a potencial valorização económico-social da investigação, que não exclusivamente científica, e o estabelecimento de parcerias científicas consistentes e multidisciplinares, capazes de responder aos desafios e reais necessidades das regiões.

Neste contexto, os Parques de Ciência e Tecnologia das ilhas de S. Miguel e Terceira pretendem assumir um carácter estruturante em áreas emergentes no domínio das tecnologias ligadas às ciências da terra, do espaço e do mar e, também, nas áreas das ciências agrárias, agropecuária, agroindústria e biotecnologia. Constituem os primeiros grandes polos de competitividade e inovação da Região criados com base em estruturas nucleares de investigação ligadas à prestação de serviços e à dinamização do sector privado.

Tendo o projeto dos Parques de Ciência e Tecnologia começado a ser concebido na legislatura de 2000-2004 e a ser implementado nas legislaturas de 2004-2008 e 2008-2012, sempre sob alçada da DRCT, registou-se a sua transição para a DROPTC em 2013 e nova transição para a DRCT em 2014, tal como sucedeu com a RIS3, a Agenda Digital e a RAEGE.

Neste âmbito, foi, entre 2014 e 2016, dada continuidade a algumas das ações já em curso e iniciadas novas ações com vista ao bom andamento dos processos relacionados com os Parques, conforme se descreve nos pontos seguintes.

No **final de 2016** foi **concluído e aprovado** pela DGREGIO, o documento de **mapeamento dos parques** de C&T, essencial ao cofinanciamento comunitário destas infraestruturas.

PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO MIGUEL - NONAGON

Como breve histórico, entre 2009 e 2014 procedeu-se à construção das caves e do lote 36, destinado à instalação de empresas na área da Tecnologias da informação e comunicação.

A 1ª Fase, relativa à **Construção das Caves**, já havia sido concluída em 2010/2011 - Valor pago nos termos do contrato ARAAL: 5.396.502,88€; Adjudicante: Câmara Municipal de Lagoa / Adjudicatária: Marques, Lda.

A 2ª Fase, Construção do **Lote 36**, também se encontra concluída (2012-2014), com um investimento no valor de 7.711.200,00€ (ao qual acresce IVA);

Entre 2014 e 2015, foi dada continuidade a algumas das ações já em curso e iniciadas novas ações com vista ao bom andamento dos processos relacionados com o Nonagon:

- Em 2015, concluiu-se o procedimento de adjudicação, transitado da DROPC, para aquisição/fornecimento e montagem do equipamento de informática e do mobiliário para o Lote 36 (Centro de Ciência, Tecnologia e Informação);
- Foi inaugurado a 04 de setembro de 2015 o 1º edifício (lote 36), “o Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação dos Açores” correspondendo à principal estrutura do Parque e de apoio aos restantes edifícios, disponibilizando cerca de 1.000 m2 para instalação de empresas de base tecnológica e incluindo uma área específica destinada ao espaço de

incubação de empresas desta natureza, encontrando-se já ocupado cerca de 80 por cento do espaço disponível. Entre as empresas ali instaladas, ou em fase de instalação, 39 por cento são da área de telecomunicações e software, 28 por cento da área das tecnologias de informação e comunicação, 15 por cento da área da eficiência energética e das energias renováveis, 10 por cento da área dos sistemas de informação integrados e oito por cento da área de consultadoria e estudos.

- Em 2016 foi concluída a revisão/atualização do lote 32 do Nonagon.
- Entre 2015 e **2016**, a Associação Nonagon – entidade gestora do Parque na alçada da Vice-presidência do GRA, procedeu às diligências relacionadas com a instalação das empresas, organização do espaço e sua dinamização através de vários eventos/workshops sobre empreendedorismo, inovação, transferência do conhecimento para o mercado, juntando investigadores, empresas e especialistas, cumprindo os objetivos de incremento de uma cultura de inovação no nosso sistema científico, tecnológico e de inovação.

PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ILHA TERCEIRA – TERINOV

O processo relativo à construção do Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira havia sofrido um significativo impulso em 2015:

- Foi aprovada a Resolução do Conselho de Governo, de 26 de fevereiro de 2015, para a participação da Região Autónoma dos Açores na associação sem fins lucrativos e de natureza científica, tecnológica e de formação denominada Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira (PCTTER), conferindo ao Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, os poderes necessários para representar a Região no ato constitutivo da associação.
- Foi criada a Associação PCTTER – Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, com ato constitutivo datado de 18 de março de 2015;
- Procedeu-se ao lançamento, em junho de 2015, de um concurso de ideias para atribuição de uma designação original ao Parque, agora designado TERINOV, a proposta vencedora;

- Foram, ainda, adjudicadas, em 2015, as prestações de serviço para a execução dos projetos de arquitetura, de infraestruturas de loteamento e arranjos exteriores e para a execução dos projetos de especialidades;
- A 7 de Agosto de 2015 foi lançado **concurso internacional para a empreitada**, tendo todo o processo com a **adjudicação** sido concretizado em **agosto de 2016**. O projeto foi elaborado pela empresa MMC – Arquitetura e Design, Lda., a fiscalização e coordenação de segurança da obra ficará sob a responsabilidade do consórcio Consulmar-Açores/Norma-Açores. A empreitada adjudicada à empresa CITEL- Construtora Ideal da Terceira, S.A. tem um investimento de 6.999.523,17 €, ascendendo, com o IVA, ao valor de 8.259.437,34 euros e um prazo de execução de 18 meses.

Esta obra está, também, integrada no Plano de Revitalização Económica da Terceira, vocacionada para algumas áreas de especialização regional, salientando-se a biotecnologia e a indústria agroalimentar, mas também as energias, as indústrias culturais criativas e as tecnologias de informação, visando contribuir para o desenvolvimento económico e para a criação de emprego nesta ilha.

O edifício principal, que ocupa uma área bruta de perto de 5 mil metros quadrados, terá um uso multifuncional, contemplando uma zona para incubação de empresas, espaços de 'co-working', seis espaços destinados a indústrias culturais e criativas, oito espaços para empresas existentes, duas alas de laboratórios de investigação e desenvolvimento para a indústria agroalimentar e laboratórios de investigação e desenvolvimento para Biotecnologia.

Está ainda previsto um laboratório para a inovação em produtos lácteos, que funcionará como uma pequena fábrica, onde estão incluídos espaços para recolha do leite, produção de queijo e de outros derivados, bem como a existência de salas de cura, de refrigeração e de embalagem. Contemplou-se a criação de espaços administrativos, nomeadamente salas de reunião e uma sala multifunções, bem como de espaços comuns, entre os quais uma cafetaria e um 'lounge'. Na área exterior envolvente será criada uma zona para instalação de estufas e um parque de estacionamento, prevendo-se ainda uma área de loteamento para futuros edifícios.

O investimento na construção do TERINOV – Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, tem, em resumo, como principal objetivo, criar e garantir condições, à comunidade em geral,

em matéria de empreendedorismo, investigação científica, transferência de tecnologia e inovação. A construção deste Parque de Ciência e Tecnologia representa uma das respostas às necessidades das comunidades científica, empresarial e social do concelho de Angra do Heroísmo, da ilha Terceira e da Região Autónoma dos Açores.

Durante o ano de **2016**, para além da adjudicação da empreitada de construção, decorreram as seguintes ações:

- Lançamento da 1ª pedra, a **29 de agosto**.
- Assinatura, a **31 de agosto de 2016**, de contrato programa para atribuição de apoio financeiro pela SRMCT à Associação PCTTER, com vista a assegurar o cumprimento dos fins estatutários desta entidade e criar condições para a aquisição e desenvolvimento de competências técnicas e científicas nos seus domínios de intervenção. O financiamento, no valor global de 80.000€ e a atribuir em duas tranches, (sendo a primeira tranche no valor de 45.000€), abrange as despesas respeitantes à preparação, gestão e atividades ligadas com a implementação do PCTTER/TERINOV.
- Assim, a Associação, constituída com o objetivo de dinamizar a atividade do TERINOV, encontra-se desde o final de 2015 e no decurso de 2016 a desenvolver diversas atividades que permitem iniciar uma aproximação à comunidade local de modo a promover algumas das valências do futuro Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira. Entre essas atividades destacam-se a organização de eventos/*workhops* sobre empreendedorismo, inovação, transferência do conhecimento para o mercado, nas áreas da agroindústria.

Todas estas ações irão dar maior visibilidade ao projeto do Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, aproximar os atores empresariais, empreendedores, estudantes, investigadores e a comunidade em geral para a importância da investigação científica aplicada, da inovação e do empreendedorismo de base tecnológica, essenciais para um tecido socioeconómico forte, inovador, gerador de riqueza e emprego qualificado.

GESTÃO DE INCENTIVOS – PRO-SCIENTIA - Apoio às entidades de I&D, à produção, formação e divulgação científica especializada

A atribuição de incentivos na área da ciência e tecnologia encontra-se enquadrada no PRO-SCIENTIA. O financiamento de projetos decorre, em regra, da aprovação de candidaturas, no âmbito de concursos públicos, embora, em casos devidamente fundamentados e em função da dimensão estratégica ou do interesse regional, possam ser aprovados e financiados projetos específicos, não enquadrados em processo de concurso público, conforme preconizado no artigo 5º do Decreto Regulamentar Regional nº 17/2012/A de 4 de julho (PRO-SCIENTIA).

A direção regional com competências nas áreas da ciência e tecnologia ou o Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, no caso do financiamento ser assegurado por este, são as entidades públicas responsáveis pela gestão do PRO-SCIENTIA. Compete-lhes: autorizar a abertura de concurso; elaborar e publicitar os editais; rececionar e validar as candidaturas; verificar as condições de elegibilidade dos promotores e das candidaturas; solicitar ou emitir pareceres; proceder à avaliação das candidaturas; definir e aprovar os montantes dos incentivos a conceder e as condições de execução dos projetos; proceder ao pagamento dos incentivos; acompanhar a execução dos projetos; revogar a decisão e atribuição do financiamento.

A gestão dos financiamentos atribuídos no âmbito do PRO-SCIENTIA é feita através da plataforma idia-SG, devendo os utentes do SCTA registar-se nesta plataforma, onde podem acompanhar processos de concursos; aceder a formulários; acompanhar o estado dos seus projetos; submeter relatórios.

Sendo o presente ano de 2016, simultaneamente o ano final de legislatura, regista-se abaixo o histórico do conjunto diversificado de medidas, além do apoio aos projetos de investigação, que foram sendo abertas, designadamente as medidas de apoio:

- À manutenção e gestão dos centros de investigação do SCTA;
- À produção, formação e divulgação científica especializada, nomeadamente de apoio à organização de reuniões científicas, à publicação de edições científicas, à participação de investigadores em reuniões científicas, à participação em reuniões e missões para parcerias científicas;
- Ao ensino experimental das Ciências e a iniciativas e projetos de difusão da cultura científica, designadamente apoio à participação e organização de iniciativas/eventos de divulgação científica e tecnológica e sensibilização para o uso de serviços digitais;

- Ao desenvolvimento das TIC, designadamente com o apoio ao cidadão com deficiência, com equipamentos informáticos adaptados geridos pelas entidades públicas de apoio social ou educativo que os acolhem; apoio a ações de sensibilização para o uso de serviços digitais; apoio aos espaços TIC - lugares públicos de acesso gratuito às TIC e à Internet, prosseguindo os seguintes objetivos: promover a infoinclusão dos açorianos; proporcionar aos cidadãos alternativas de ocupação de tempos livres; realizar atividades formativas na área das TIC; facilitar a transferência de tecnológico; difundir a cultura tecnológica junto do público em geral; assegurar a democraticidade da sociedade da informação, reduzindo os efeitos da insularidade.

Nos últimos anos, foram abertos os seguintes concursos, excluindo, no quadro, os apoios enquadrados em protocolos específicos (Centros de Ciência e centros de I&D, neste último caso, a partir de 2016):

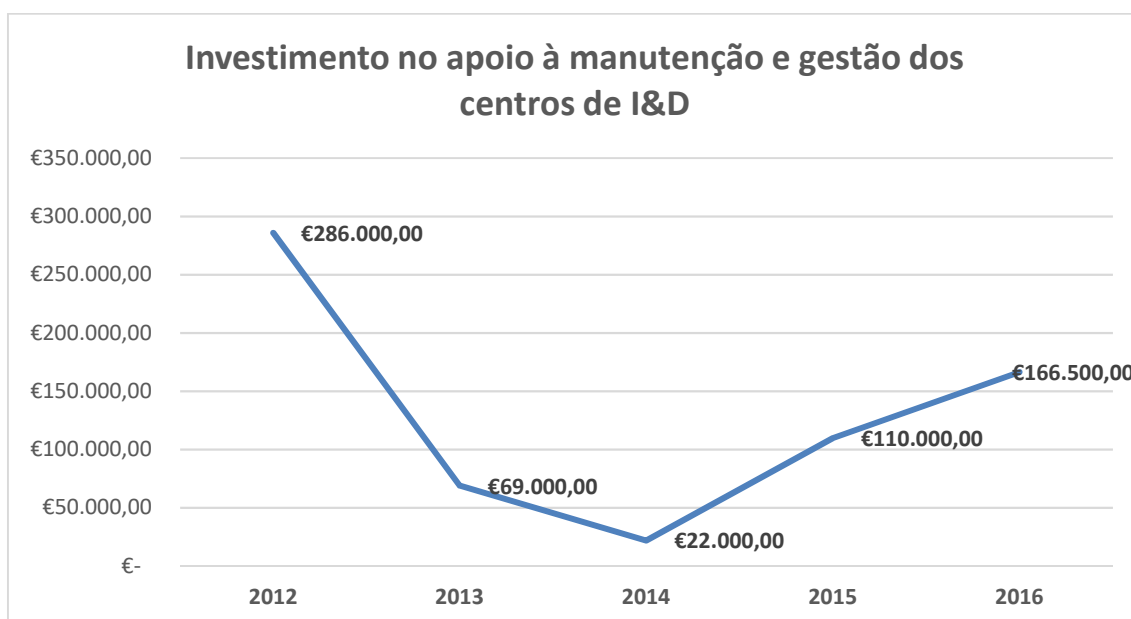
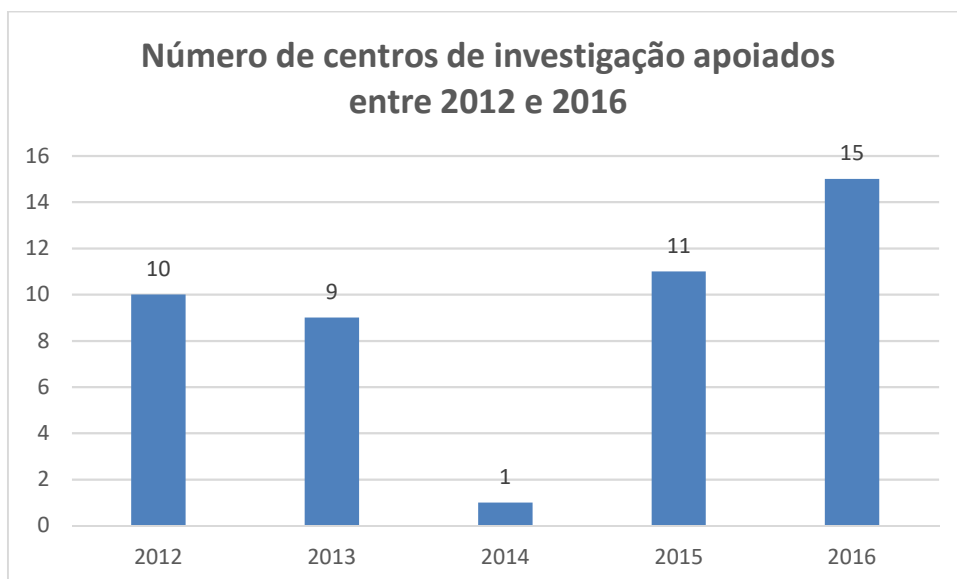
Ano	Nº de concursos abertos
2012	7
2013	2
2014	6
2015	5
2016	4

Individualizam-se, de seguida, algumas das medidas do PRO-SCIENTIA com maior relevo na ação da DRCT nos últimos anos:

APOIO À MANUTENÇÃO E GESTÃO DOS CENTROS DE INVESTIGAÇÃO

Os objetivos da medida de apoio ao funcionamento dos centros de investigação são: favorecer a sustentabilidade e o crescimento dos centros e unidades de investigação, cujas atividades contribuem para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores (RAA); atenuar o impacto dos custos de insularidade nas atividades de I&D e propiciar a adoção de mecanismos de gestão e coordenação científica eficientes nos centros e unidades de investigação da Região Autónoma dos Açores (RAA).

Foram abertos concursos para esta medida, de que resultaram os projetos (número de centros apoiados) e o investimento transpostos para os dois gráficos que se seguem. **Em 2016** o procedimento de apoio foi mediante protocolos com as respetivas entidades gestoras:



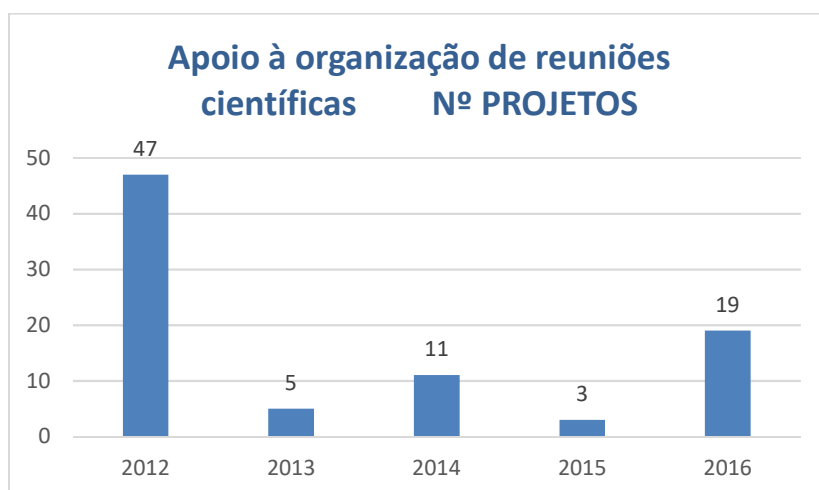
Para além do apoio aos centros de investigação, foi ainda concedido apoio – não incluído nos gráficos acima - para a gestão e desenvolvimento de atividades de I&D do **CIVISA** (Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores) entre 2012 e 2016, num total protocolado de 278.750,00€.

APOIO À ORGANIZAÇÃO DE REUNIÕES CIENTÍFICAS, PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E EDIÇÕES CIENTÍFICAS

Pretende-se, com a medida de **organização de reuniões científicas**:

- Promover a divulgação dos resultados da investigação, a disseminação de nova informação científica, a exploração ou clarificação de um problema científico, o debate e a partilha do conhecimento.
- Promover o contacto entre especialistas de diferentes instituições científicas e regiões.
- Proporcionar condições para projetar a Região Autónoma dos Açores no quadro do Espaço Europeu de Investigação e para o estabelecimento de novas parcerias científicas.

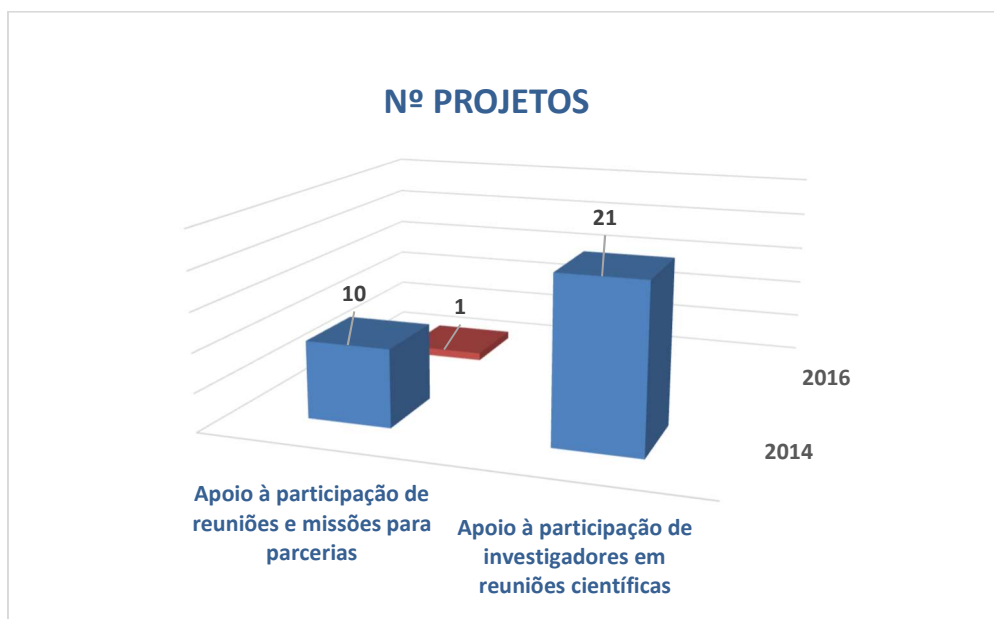
A evolução de 2012 a 2016, no que respeita a número de projetos (iniciativas apoiadas) e valores de investimento, foi a seguinte:

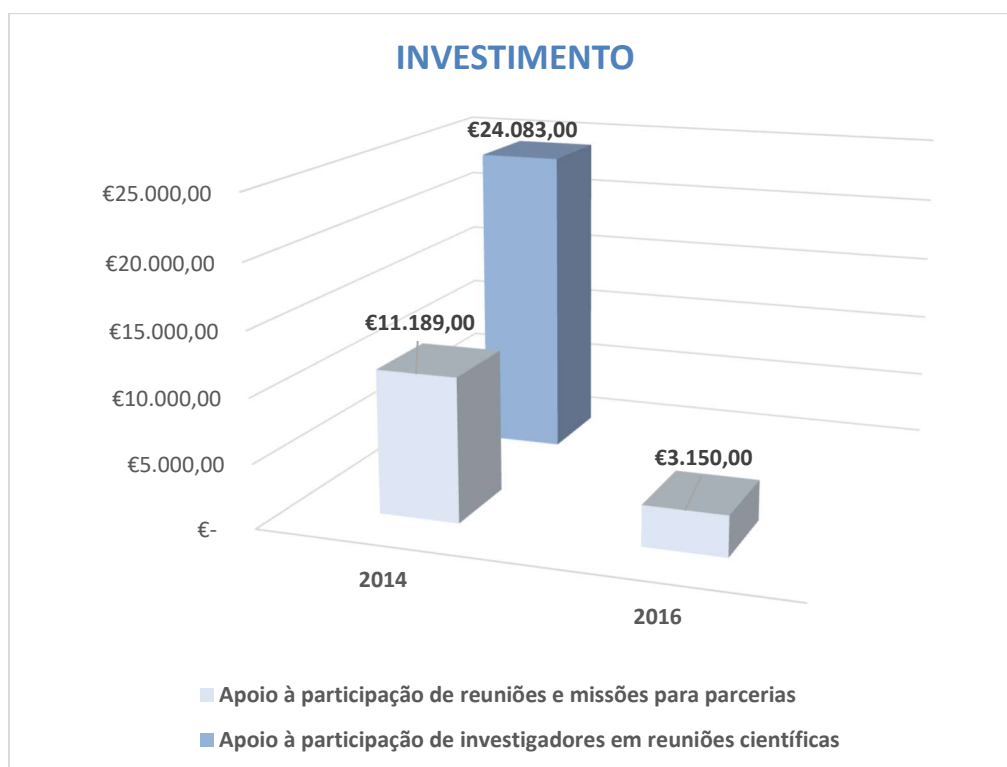


Relativamente à medida de **participação em reuniões, congressos e eventos científicos** similares, os objetivos são:

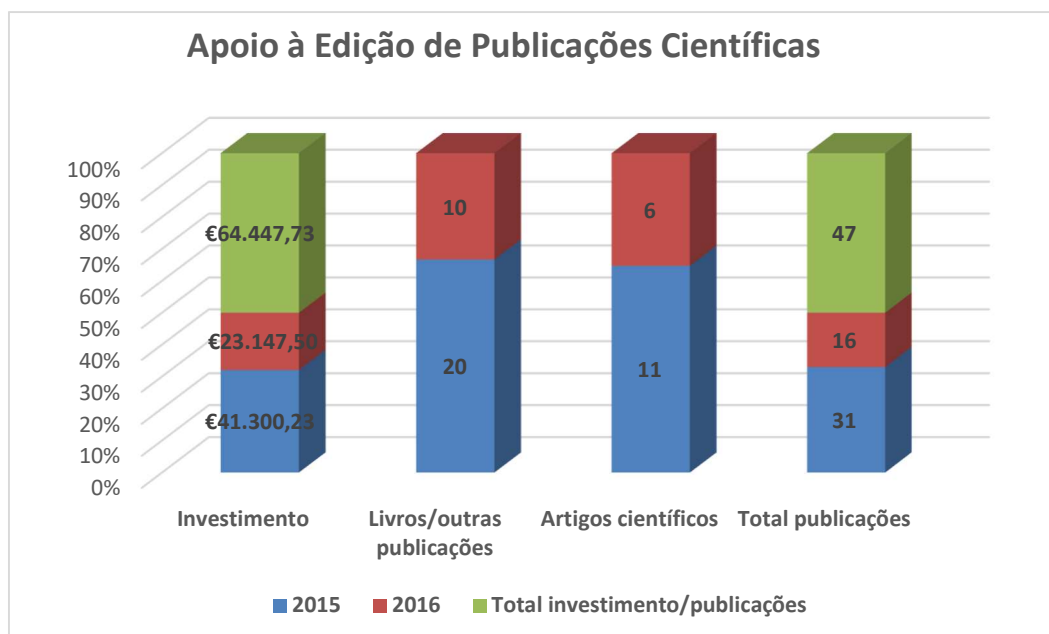
- Estimular a produção, formação e divulgação científica especializada;
- Promover a divulgação, ao nível internacional, dos resultados da investigação científica, através da apresentação e discussão pública de trabalhos de qualidade reconhecida;
- Dinamizar os contactos e as parcerias entre especialistas de diferentes instituições científicas;
- Projetar, no quadro do Espaço Europeu de Investigação, a investigação científica desenvolvida na Região Autónoma dos Açores.

Entre 2012 e 2016 apenas foi aberto 1 concurso para apoio à participação em reuniões e missões para preparação de projetos científicos e 1 concurso para apoio à participação de investigadores em reuniões científicas, ambos em 2014, e **uma reunião/iniciativa específica em 2016**, registando-se os seguintes dados referentes a número de projetos (iniciativas apoiadas) e valores de investimento:





No que concerne ao **apoio à edição de publicações científicas** foi aberta uma edição em 2015, com um total de 31 projetos aprovados e um valor de investimento de 41.300,23€ e **duas edições em 2016, com 16 projetos num total de 23.147,5 €**

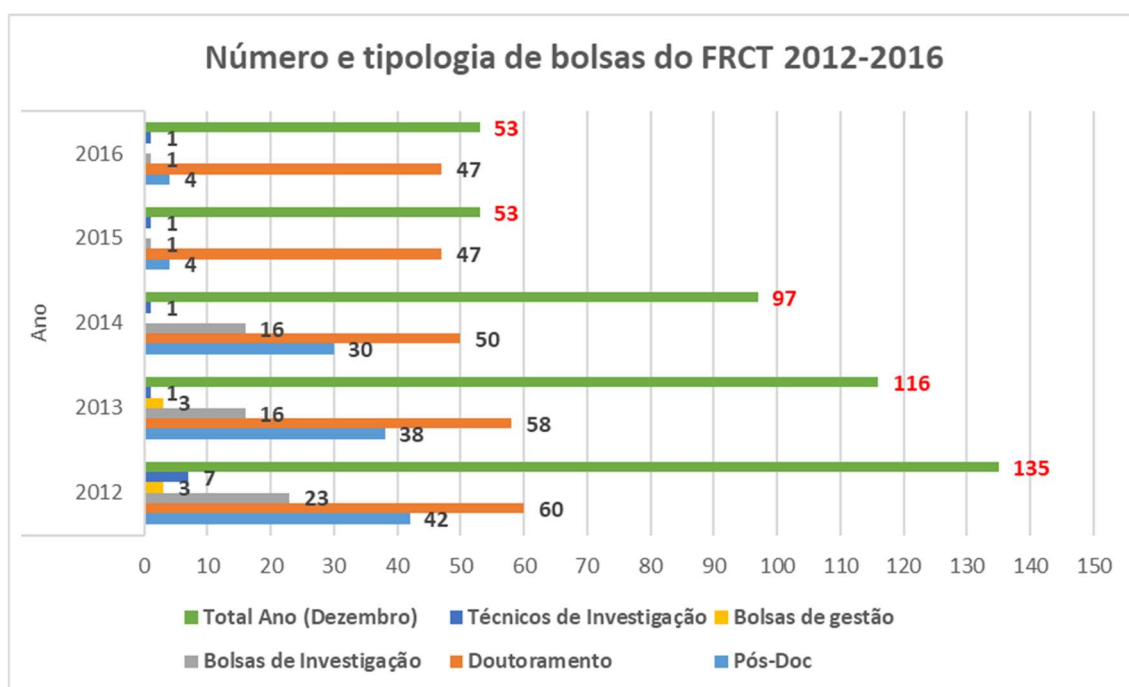


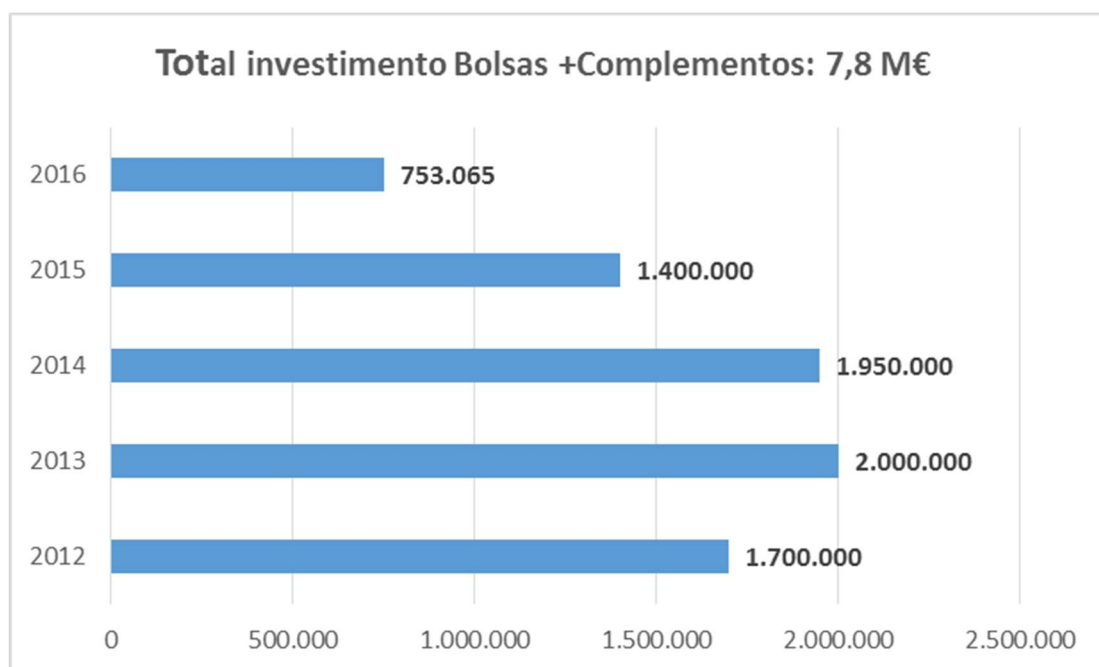
APOIO À FORMAÇÃO AVANÇADA

A gestão do programa de bolsas de formação avançada do PRO-SCIENTIA (Ação 3.1 — Apoiar a formação avançada) é efetuada pelo FRCT, indo ao encontro dos objetivos do programa do GRA no âmbito da qualificação do capital humano para a sociedade do conhecimento, através da atribuição de bolsas de investigação científica, de apoio à gestão de ciência e tecnologia, nas entidades do SCTA.

Muitos dos contratos de bolsa, mais antigos, foram decorrendo em simultâneo, com os concursos mais recentes de bolsas, encontrando-se em curso, no final de 2016, **53 contratos**, nas diferentes tipologias. No total do período indicado abaixo, o valor de investimento ascendeu a 7,8 M.

A evolução do número de contratos de bolsa em cada ano e investimento associado é o que consta no quadro seguinte:

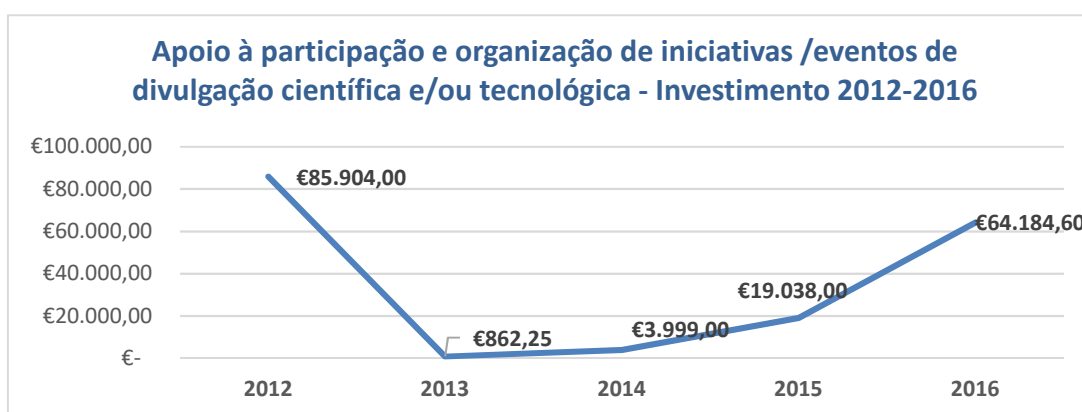
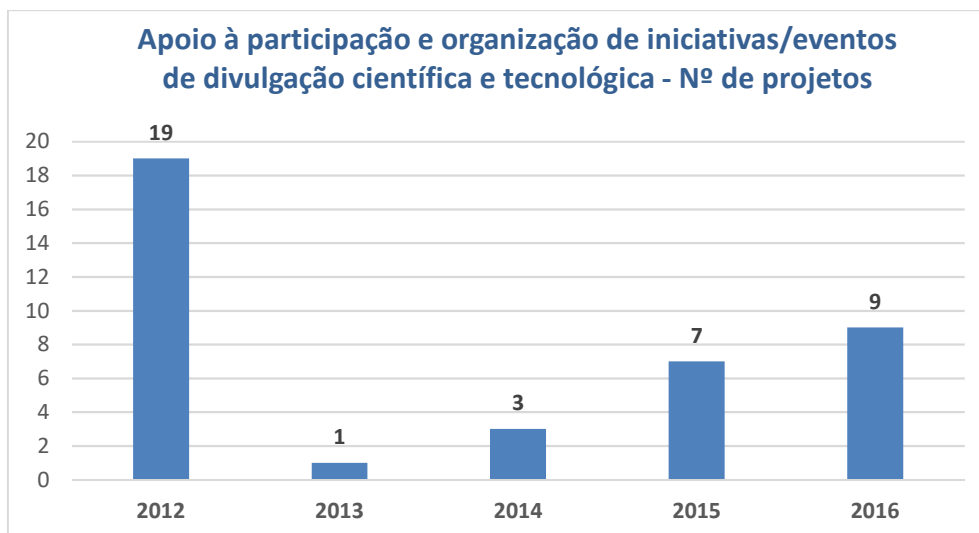




No final de 2016 foi aberto concurso para 12 bolsas de Pós-Doutoramento (em análise), sendo que foram contratualizadas as 24 bolsas de doutoramento do concurso aberto em final de 2015.

GESTÃO DE INCENTIVOS – PRO-SCIENTIA - Apoio e iniciativas específicas na área da divulgação e disseminação da cultura científica e tecnológica

No âmbito da medida específica de divulgação da cultura científica e tecnológica, excluindo obviamente o investimento no âmbito do protocolo com os centros de ciência para o desenvolvimento das respetivas atividades de divulgação científica, a evolução do número de projetos aprovados e investimento efetuado é o seguinte:

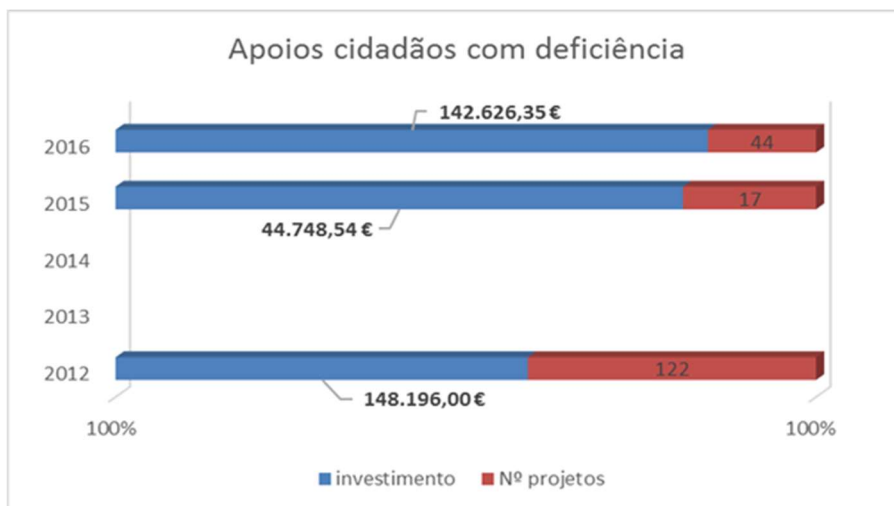


APOIO AOS CIDADÃOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU A ENTIDADES DE APOIO À DEFICIÊNCIA

O concurso de apoio à aquisição de equipamentos e software na área das TIC para instituições com infraestruturas de apoio a cidadãos com deficiência abriu em 2012, 2015 e 2016, visando, genericamente, o apoio à aquisição, pelas **unidades orgânicas da rede pública de educação e ensino e/ou instituições de apoio à deficiência**, de equipamentos informáticos, incluindo periféricos adaptados e/ou software específico, para utilização por alunos/cidadãos com deficiência orgânica, motora, visual, auditiva, mental, paralisia cerebral ou multideficiência.

A evolução do número de projetos (apoios atribuídos) e dos valores de investimento encontra-se refletida em quadro e gráfico que se seguem:

Ano	Nº de projetos	Valor investimento
2012	122	148.196 €
2013		0 €
2014		0€
2015	17	44.748,54 €
2016	44	142.626,35 €
Total	183	335.570,89 €



Espaços TIC

Os Espaços TIC são lugares públicos de acesso gratuito às TIC e à Internet, prosseguindo objetivos, tais como: promover a infoinclusão dos açorianos; proporcionar aos cidadãos alternativas de ocupação de tempos livres; realizar atividades formativas na área das TIC; facilitar a transferência de *know-how* tecnológico; difundir a cultura tecnológica junto do público em geral; assegurar a democraticidade da sociedade da informação, reduzindo os efeitos da insularidade.

A implementação da Rede de Espaços TIC nos Açores constitui um projeto que já atravessou diversas legislaturas, sob a responsabilidade da DRCT entre 2001 e 2012. Em 2013, esta medida transitou para a DROPTC e em 2014 foi reintegrada na DRCT.

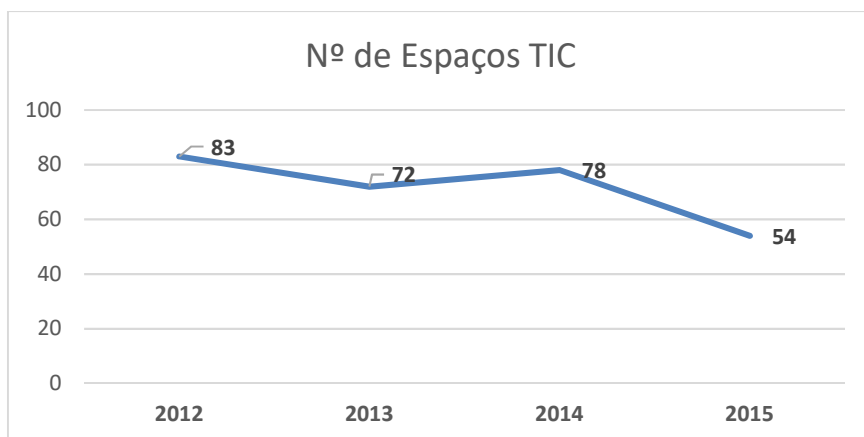
Em 2015 e 2016 a DRCT efetuou a gestão e acompanhamento da Rede de Espaços TIC aprovados na sequência das duas edições de concurso abertas no final de 2014 e de 2015.

Não foi aberto concurso para apoio ao funcionamento de 2016 dos Espaços TIC.

Ressalve-se, no entanto, que os financiamentos atribuídos para apoio ao funcionamento de 2015 saíram do Plano da DRCT de 2016, já que os últimos concursos foram efetuados em modalidade de retroatividade.

A evolução do número de Espaços TIC apoiados e do valor de financiamento global, foi o seguinte:

Ano	Nº de Espaços TIC	Valor investimento
2012	83	703.500,00 €
2013	72	507.982,60 €
2014	78	510.749,82 €
2015	54	349.072,58 €
Total		2.071.305,00 €



Centros de Ciência

Os Centros de Ciência dos Açores são espaços vocacionados para a divulgação da cultura científica e tecnológica, através de ações dirigidas à população em geral, mas particularmente destinadas ao público juvenil e escolar, incidindo na apresentação de exposições, preferencialmente interativas, realização de palestras, *workshops*, ateliers de ciência, atividades laboratoriais e outras que visem despertar o interesse por temáticas de cariz científico.

A rede de Centros de Ciência dos Açores teve o seu início na legislatura de 2000/2004 e manteve-se nas legislaturas seguintes, sempre sob a alçada da DRCT. Congrega atualmente um conjunto de **6 centros/observatórios de divulgação científica**, de gestão privada, cujo financiamento é assegurado pelo GRA, nos valores anuais abaixo indicados (conforme

protocolos assinados em 2013 que estabeleceram uma redução de valores na ordem dos 16% face aos anteriormente em vigor). Incluída em cada uma destas verbas destinadas ao funcionamento dos centros, encontra-se o financiamento de **3 ou 4 contratos de trabalho por centro**, consoante os casos (1 administrativo ou assistente operacional e 2 ou 3 técnicos superiores por cada centro), num total de **21 contratados**. Desde 2013, o financiamento base anual é, assim, de **513.000,00€**.

Centro de Ciência	Localização	Entidade de gestão	Financiamento
Observatório Astronómico de Santana (OASA)	Rabo de Peixe	Fundação Socioprofissional e Cultural da Ribeira Grande	95.000,00€
Observatório Microbiano (OMIC)	Furnas	Fundação Socioprofissional e Cultural da Ribeira Grande	70.000,00€
ExpoLab (recentemente integrado na rede Nacional de Centros Ciência Viva)	Lagoa	Sociedade Afonso de Chaves	105.000,00€
Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores (OVGA)	Lagoa	Associação Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores	70.000,00€
Observatório do Mar dos Açores (OMA)	Horta	Associação Observatório do Mar dos Açores	70.000,00€
Observatório do Ambiente dos Açores (OAA)	Angra do Heroísmo	Observatório do Ambiente dos Açores	103.000,00€

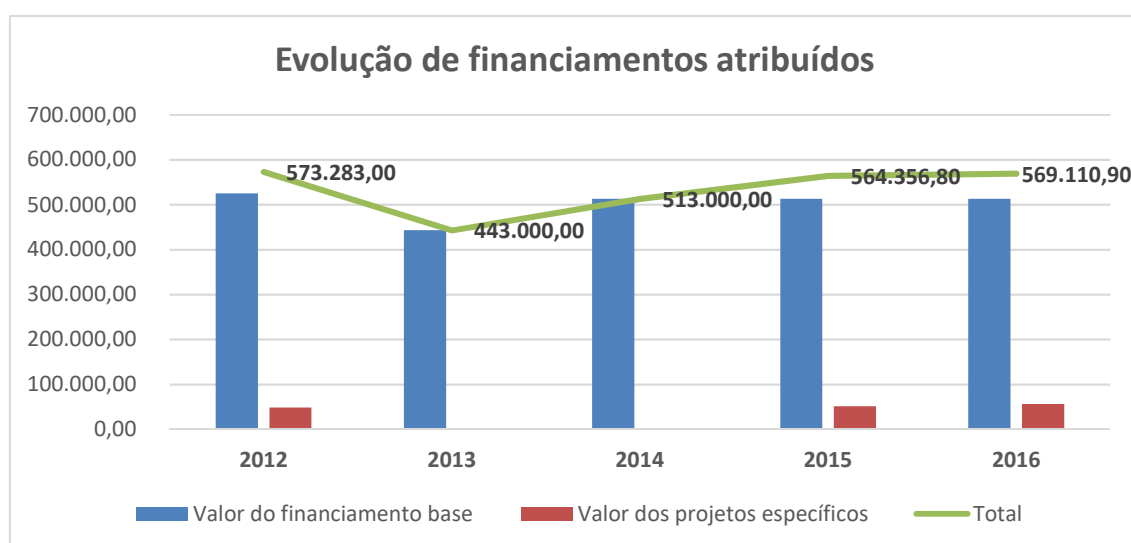
A evolução do financiamento base dos centros nos últimos anos consta do quadro seguinte:

Ano	Nº de centros	Valor do financiamento base
2012	5	525.000,00€
2013	5	443.000,00€
2014	6	513.000,00€
2015	6	513.000,00€
2016	6	513.000,00€

Porém, para além do financiamento base anual, são apoiados projetos específicos promovidos por cada um dos centros, considerada a sua relevância e a disponibilidade financeira da DRCT, ou reforçado o seu financiamento face a alguma despesa imprevista.

A evolução destes financiamentos entre 2012 e 2016 integra o quadro e gráfico seguintes:

Ano	Nº de centros	Valor do financiamento base	Valor dos projetos específicos	Total
2012	5	525.000,00€	48 283,00 €	573.283,00€
2013	5	443.000,00€	0	443.000,00€
2014	6	513.000,00€	0	513.000,00€
2015	6	513.000,00€	51 356,80 €	564.356,80 €
2016	6	513.000,00€	56.110,9 €	569.110,90€
				2.662.750,70€



O **impacto dos centros de ciência** na comunidade pode ser aferido, entre outros indicadores, pelo seu número de visitantes que se situou em cerca de **85.042** no conjunto dos 6 centros, em final de 2016:

A- Número total de visitantes que estiveram envolvidos nas atividades dinamizadas pelos centros de ciência dos Açores (B + C + D)

85042

B- Número de participantes em atividades promovidas ou em que os centros participaram fora das suas instalações (em escolas, feiras de ciência, etc.)

36886

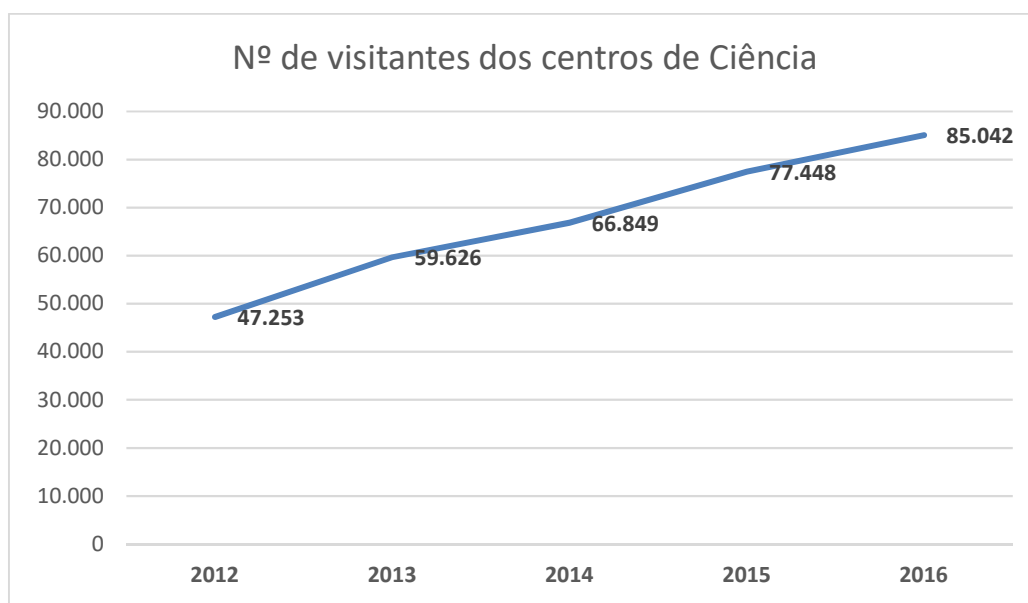
C- Número de visitantes que foram aos centros

48156

Número de estrangeiros**7468**

A evolução do número de visitantes/participantes entre 2012 e 2016 é a que se regista no quadro e gráfico seguintes:

Ano	Nº de visitantes dos centros de Ciência
2012	47.253
2013	59.626
2014	66.849
2015	77.448
2016	85.042



A DRCT procede ao acompanhamento muito próximo da atividade dos centros, havendo um coordenador nomeado para a rede, procedendo à análise dos seus relatórios de execução técnico-financeira e planos de atividades e à realização de visitas e reuniões de trabalho, sendo no final do ano elaborado um relatório geral da atividade dos centros. Também se realiza uma reunião anual com junta com a presença dos responsáveis por todos os centros de ciência. Do acompanhamento efetuado, ressaltam os seguintes constrangimentos no desenvolvimento do projeto:

- Instalações deficientes e inadequadas em alguns centros;
- Necessidade de efetuar pequenas reparações, manutenção dos edifícios;
- Número de recursos humanos deficitário em quase todos os centros;

- Constrangimentos financeiros – a verba atribuída para o funcionamento do centro é preenchida, na sua grande parte, pelas despesas correntes, dificultando a implementação de mais e novas iniciativas e atividades;
- Dificuldade na aquisição e renovação de exposições/módulos/equipamentos, por incapacidade financeira.

Concurso CanSat Açores

O projeto CANSAT é uma competição organizada pela Agência Espacial Europeia (ESA), destinada a estudantes do ensino secundário, que tem como principal objetivo a construção, configuração e lançamento de um satélite miniaturizado (CanSat). O desafio para os alunos consiste em projetar, construir, testar em voo e operar o satélite em todas as suas envolventes, cumprindo um plano de ação e um orçamento financeiro previamente definidos.

No seguimento da participação da Escola de Santa Maria nesta competição europeia, a Região Autónoma dos Açores manifestou interesse na implementação de um programa específico CANSAT nos Açores - ou promover a realização na Região do concurso nacional e/ou europeu - tendo em conta, também, o relevante desenvolvimento do domínio aeroespacial na Região e eventual constituição de um *cluster* nesta área.

Neste contexto, a ex-DROPTC, em colaboração com a AeroEspaço/ACTV, que organiza a competição em Portugal (com o apoio da Ciência Viva), elaborou um plano de ação para 3 anos, para a implementação de um Programa CANSAT nos Açores. Assim, foi organizada em 2015 uma competição totalmente regional - CANSAT AÇORES 2015, e concretizado o apoio à participação na final nacional (com 3 equipas açorianas) e à participação da equipa vencedora/açoriana, na final europeia, ambas em Santa Cruz – Torres Vedras.

Em **2016** as equipas que não foram selecionadas para a final do CANSAT nacional tiveram a oportunidade de participar na competição/demonstração CanSat Açores 2016 que decorreu em Santa Maria integrada na **“Semana do Espaço”, de 18 a 22 de maio**. Foram convidadas algumas das equipas que participaram em 2015, apenas tendo aceite o convite a equipa ESAQ SPACE SAT proveniente da Escola Secundária Antero Quental e a vencedora do CanSat Portugal 2016 - ENTA Team SAT2. A competição regional contou, assim, com cinco equipas: três a concurso e duas convidadas. Toda a organização esteve a cargo da DRCT.

Na Semana do Espaço foram dinamizadas as seguintes atividades:

- Sessões de Planetário Digital Móvel na Escola Básica e Secundária de Santa Maria;
- Observações solares;
- Observações noturnas;
- Visitas de estudo às estações da ESA e da RAEGE;
- Sessão de palestras na Escola Básica e Secundária de Santa Maria;
- Palestras no Hotel Santa Maria;
- Encerramento da exposição “SPACE GIRLS SPACE WOMEN”
- II edição do CanSat Açores 2016

As despesas relacionadas com a **realização da “Semana do Espaço”**, contabilizando as várias atividades e com maior ênfase a logística em torno da edição do CANSAT, o prémio da equipa vencedora, que consistia numa visita a um centro de ciência de Portugal continental, o workshop para os professores que concorreram ao CanSat Portugal, a deslocação das equipas ao CanSat Portugal 2016 e o apoio à equipa da Escola de Novas Tecnologias dos Açores para participar na final europeia do CanSat 2016 ascenderam a **44.467,23 €**.

CONCURSO PO AÇORES 2020 – ORGANISMO INTERMÉDIO

Em articulação com a entidade de gestão do PO, a DRCT tem vindo a participar nos trabalhos e gestão do PO Açores, designadamente do Eixo prioritário 1 - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - nas suas prioridades 1.1 e 1.2.

A DRCT encontra-se, assim, empenhada e envolvida na elaboração dos avisos de abertura para candidaturas ao PO Açores 2020 no Eixo Prioritário 1 – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, nas suas prioridades 1.1, tendo, para o efeito, **assumido as funções de OI**, nessa prioridade (1.1).

Neste contexto, foi assinado contrato de delegação de competências entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional dos Açores 2020 e a Direção Regional da Ciência e Tecnologia, a 10 de julho de 2015, relativo às tipologias de operação previstas no Eixo Prioritário 1 e na prioridade 1.1 e Objetivo Específico 1.1.1 – *Aumentar a produção científica de qualidade*

e orientada para a especialização inteligente, designadamente para as funções de gestão relativas à apreciação da aceitabilidade e do mérito das candidaturas (análise de admissibilidade e processo de avaliação).

Neste âmbito, foi lançado um concurso público (**Aviso Nº Acores-45-2015-25**, de 15 julho 2015) enquadrado no Programa Operacional Açores 2020, através do portal do Balcão 2020, para o apoio a projetos de investigação. Este concurso visava reforçar as condições de base para a produção científica e de inovação, em linha com a Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente definida para a Região Autónoma dos Açores (RIS3).

No âmbito daquele concurso, foram apresentadas 71 candidaturas das quais resultaram **aprovados 22** projetos que iniciaram este ano a sua execução:

- o Pescas e mar: 7 projetos (31,8%);
- o Turismo: 7 projetos (31,8%);
- o Agricultura, pecuária e indústria: 5 projetos (22,7%);
- o Transversais: 3 projetos (13,6%).

O concurso, cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ascendeu a um valor de 2,9 milhões de euros, dos quais cerca de 2,5 milhões de euros de FEDER e cerca de 400.000 € de cofinanciamento da contrapartida regional, a sair do orçamento da DRCT, o que representa um reforço considerável, face ao último concurso lançado pela DRCT para o financiamento de projetos de investigação, iniciados em 2012, que teve uma dotação de 720 mil euros.

A DRCT acompanhou e geriu todo o processo de candidaturas, fase de admissibilidade e análise que culminou já em 2016 (maio) na aprovação dos 22 projetos acima descritos.

A DRCT é também entidade cofinanciadora destes projetos, 15% da comparticipação regional, num total de 147.780,00€ no primeiro ano/2016 e 274.451,00€ nos anos subsequentes.

Neste mesmo contexto, a DRCT, em articulação com a Autoridade de Gestão e Direção Regional de Apoio ao Investimento e competitividade (DRAIC), conforme acima já foi referido (Capítulo da Estratégia e ecossistema de inovação: iniciativas de ID&I empresariais / parques de ciência e tecnologia), tem dinamizado as iniciativas no domínio da I&DI relacionadas com o

tecido empresarial. Assim, em linha com os objetivos previstos no PO Açores 2020, a DRCT elaborou a regulamentação/edital/aviso de concurso para este grupo de destinatários, designadamente, na tipologia **Projetos de I&D em contexto empresarial. O concurso foi lançado em maio de 2016**, através do Aviso Nº Acores-47-2016-06.

Alinhado com o paradigma atual europeu, nacional e regional, este concurso, também se enquadra nos pressupostos, objetivos e temáticas da Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente RIS3/Açores (condição prévia - “condicionalidade ex-ante” - para a utilização de Fundos Estruturais), do P.O. Açores 2020, e ainda pelas orientações, objetivos e pressupostos no quadro da Estratégia Europa 2020. Tais pressupostos obrigam à reorientação da investigação com vista à procura de um conhecimento inovador e com uma forte orientação aplicada. Esse desiderato, a par da promoção da transferência do conhecimento e das tecnologias, orienta-se para a potencial valorização económico-social da investigação, que não exclusivamente científica, e para o estabelecimento de parcerias científicas consistentes e multidisciplinares, capazes de responder aos desafios e reais necessidades das regiões.

Não foi possível avançar com o concurso a abrir no PO relativo ao *apoio às infraestruturas regionais enquadradas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de interesse estratégico*, por não estarem ainda reunidas as condições das entidades regionais pre-qualificadas para a respetiva apresentação dos projetos, tendo decorrido várias reuniões de trabalhos com essas mesmas entidades.

VISITAS DE ACOMPANHAMENTO

No âmbito do acompanhamento dos projetos aprovados e/ou em curso, são, em contínuo, analisados os respetivos balancetes financeiros e relatórios técnico-financeiros submetidos pelos promotores de que resulta a elaboração de relatórios de análise com propostas de decisão em relação a cada um dos projetos. Todos os projetos em curso são acompanhados na plataforma de gestão de projetos de forma permanente e continuada para garantir que não se ultrapassam as datas previstas para a apresentação da documentação exigida, que a execução material, temporal e financeira se encontra dentro dos parâmetros estabelecidos e que todos os procedimentos foram cumpridos.

O acompanhamento aos projetos em curso concretiza-se, também, mediante a realização de visitas de acompanhamento, para verificação dos originais de toda a documentação relativa aos projetos e a confirmação presencial dos equipamentos e materiais adquiridos. Estas visitas têm, ainda, como objetivo fornecer indicações aos promotores para o adequado tratamento administrativo-financeiro dos processos, designadamente, em termos de exigências dos programas comunitários, apurar as principais dificuldades ou constrangimentos sentidos no desenvolvimento dos projetos e articular procedimentos para a otimização dos financiamentos concedidos.

Considera-se, assim, que as visitas de acompanhamento aos projetos são de grande utilidade, quer para a DRCT, que fica com uma melhor perceção do modo como os projetos estão a decorrer, das dificuldades eventualmente sentidas na sua execução e do seu impacto junto da comunidade, quer para as entidades promotoras que, dessa forma, poderão, quando alertadas para tal, corrigir atempada e eficazmente eventuais desvios aos objetivos inicialmente traçados. Estas ações instituem-se, pois, como um instrumento fundamental para a boa execução dos projetos, dado que permitem uma maior interação entre todos os envolvidos, o que tem permitido sucessivas melhorias nos respetivos processos de implementação.

Em 2012, foram efetuadas 20 visitas de acompanhamento, incluindo Centros de Ciência, centros de investigação e outras entidades, abrangendo 45 projetos.

Em 2013, apenas foram realizadas visitas de acompanhamento aos Centros de Ciência, num total de 12 visitas.

Em 2014, foram efetuadas visitas de acompanhamento aos Centros de Ciência e a Centros de Investigação da Universidade dos Açores conforme se segue: 26 visitas aos Centros de Ciência e 9 visitas aos centros de investigação, abrangendo, nestes, 19 projetos, num total de 35 visitas de acompanhamento.

Em 2015, foram realizadas 54 visitas de acompanhamento a diversos promotores beneficiários de apoio na área da ciência e tecnologia.

Em 2016, foram realizadas **33 visitas** de acompanhamento de projetos a diversos promotores.

ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

2012

- *Realização do evento “Aquecimento esclarecido” – 17 a 20 de abril;*
- *Reunião geral dos Espaços TIC – 28 de abril;*
- *Reunião anual dos Centros de Ciência – 14 de junho;*
- *Ação de divulgação no Parque Atlântico – 5 de outubro.*

2013

- *I Jornadas de Ciência nos Açores: “Ciência nos Açores, que Futuro?” (7-8 junho).*

2014

- *Roteiro “Dia para a Ciência” - 17 e 18 de março de 2014;*
- *II Jornadas de Ciência nos Açores: A política científica nos Açores 2014-2020: Desafios e Oportunidades para o Sistema Científico Regional – 13 e 14 de junho;*
- *Azores - Potencial for Space Technology – 27 de outubro;*
- *Reunião Geral de Centros de Ciência dos Açores – 28 de outubro.*

2015

- *Reunião EVGA 2015 (22nd European VLBI Group for Geodesy and Astrometry Working Meeting) – 18 a 22 de maio;*
- *Inauguração da antena RAEGE em Santa Maria – 20 de maio;*
- *Competição CANSAT Açores – janeiro (workshop); abril (final regional); maio (CANSAT Portugal); junho (final europeia);*
- *Workshop “The use of sentinel data for supporting land and marine spatial planning and management” – 28 de setembro;*
- *Reunião geral dos Centros de Ciência – 16 de outubro.*

2016

- *Exposição “SPACE GIRLS SPACE WOMEN” – 20 de abril a 22 de maio (iniciativa conjunta da Agência Espacial Europeia (ESA) e da empresa francesa Sipa Press para homenagear as mulheres que trabalham na temática Espaço, patrocinada pela Associação Nereus)*
- *Semana do Espaço de 18 a 22 de maio em Santa Maria (várias atividades relacionadas com a temática espacial, incluindo edição regional Cansat/2016);*
- *Participação na “NAFSA 2016 Annual Conference & Expo – Building Capacity for Global Learning”, em DENVER, COLORADO (EUA) – de 29 de maio a 5 de Junho de 2016*
- *Lançamento da 1ª pedra do TERINOV a 29 de agosto de 2016.*

QUADRO SÍNTESE DOS APOIOS/MEDIDAS EM 2016

Medidas/Apoios 2016	Nº de projetos	Valor aprovado
Apoio à gestão das atividades de I&D entidades do SCTA – Protocolos	15 entidades/unidades	166.500,00 €
Apoio a projetos de I&D (compromissos finais concurso anterior)	17 projetos	173.620,75 €
Apoio a projetos de I&D RIS3 (Concurso PO Açores) – início execução último trimestre 2016 (cofinanciamento)	22 projetos	147.780,92 €
Apoio à organização reuniões científicas - Concurso 2016	19 reuniões	81.107,29 €
Apoio à edição publicações científicas – Concurso 2 edições 2016	16 publicações	23.147,50 €
Apoio à Implementação de iniciativas e projetos de difusão da cultura científica e tecnológica – iniciativas específicas	9 eventos	64.184,50 €
Apoio à participação em reuniões e missões para preparação de projetos científicos – iniciativa específica	1	3.150 €
Apoio a instituições privadas sem fins lucrativos e escolas para aquisição de equipamento informático para cidadãos/alunos com deficiência – Concurso 2016	44 entidades	142.626,35 €
Apoio à manutenção dos espaços TIC	54	349.072,58
Apoio Rede de centros de Ciência dos Açores (Protocolo)	6 centros	569.110,90 €
Apoio ao desenvolvimento tripolar da UAC 2017 (RCG)	1	350.000 €
Total	204	2.070.300,79 €

QUAR 2016 - EXECUÇÃO

O. 1 - Estimular a produção científica regional, através do apoio às entidades do SCTA e às suas atividades.

Indicador 1 – Nº de iniciativas/projetos apoiados com potencial impacto na produção científica regional. **>57**

- Apoio a **16** Publicações científicas (livros e artigos);
- Apoio a **19** Reuniões científicas;
- Apoio a **22** projetos de investigação científica ao abrigo do Concurso P.O Açores Aviso Nº ACORES-45-2015-25
- Apoio à gestão de atividades de I&D **15** entidades do SCTA (Centros/unidades de I&D)

Total: 72

O. 2 - Fomentar o desenvolvimento de projetos científicos em copromoção entre as entidades do SCTA e entre estas e outras entidades externas.

Indicador 2 – Nº de iniciativas/projetos em copromoção apoiados. >10

- Apoio a **22** novos projetos de investigação científica aprovados/contratualizados em 2016, no âmbito do Concurso P.O Açores Aviso Nº ACORES-45-2015-25.

Total: 22

O. 3 - Criar condições para o incremento do desenvolvimento tecnológico dos Açores, mediante o apoio a iniciativas no âmbito da implementação da ADTA.

Indicador 3 - Nº de iniciativas/ projetos apoiados no âmbito da ADTA e direcionados para o desenvolvimento tecnológico dos Açores. >91

- Contratualizado o apoio a **54 espaços TIC**;
- Apoiadas **44** entidades de apoio à deficiência/escolas para aquisição de material informático adaptado;
- Adjudicação da empreitada de construção do Parque tecnológico da Terceira;
- Elaboração de protocolo para apoio às atividades de gestão da Associação PCTTER.

Total: 100

O. 4 - Implementar os mecanismos de coordenação, monitorização e avaliação da RIS3 Açores.

Ind. 4 - Nº de iniciativas promovidas no âmbito da coordenação, monitorização e avaliação da RIS3 Açores. >10

- **2 reuniões da Comissão Executiva da RIS3 Açores** para emissão de parecer de alinhamento com as prioridades estratégicas da RIS3 Açores, por solicitação da DRCT, organismo intermédio do Açores2020, aos projetos candidatados ao concurso aberto no Objetivo Específico 1.1.1 - Aumentar a produção científica de qualidade e orientada

para a especialização inteligente, no âmbito do aviso ACORES-45-2015-25 (28/01/2016 e 18/02/2016);

- **2 reuniões da Comissão Executiva da RIS3 Açores** para emissão de parecer relativo ao alinhamento com as prioridades estratégicas da RIS3 Açores, de projetos submetidos pelo Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, no âmbito do edital PRO-SCIENTIA/FRCT/aviso/M3.1.a e do concurso aberto (30 de Junho de 2016 e 15 de Setembro de 2016);
- **Criação de Estrutura técnica interdepartamental de suporte à operacionalização da Comissão Executiva RIS3 Açores;**
- **2 reuniões** da Estrutura Técnica de suporte à operacionalização da Comissão Executiva da RIS3 Açores;
- **Elaboração de Regulamento de funcionamento interno;**
- **Elaboração de Regulamento para emissão de pareceres;**
- **1 Reunião com a CCDR Norte** - Ponto de situação da implementação na Região Norte, esclarecimento de dúvidas e obtenção de boas práticas relativas ao modelo de governação que possam ser replicadas. (22 de Fevereiro)
- **1 Reunião ENEI/EREI** sobre o funcionamento do modelo de governação da RIS 3, sobretudo o estágio de implementação e funcionamento dos órgãos previstos (11 de fevereiro na Agência de Desenvolvimento e Coesão)
- **1 Reunião dos Comitês de Acompanhamento PO Açores 2020**, a 16 dezembro, em Angra do Heroísmo.

Total: 12

O. 5 - Assegurar o desenvolvimento de ações promotoras da cultura científica.

Ind. 5 - Nº de iniciativas/projetos apoiados com potencial impacto na difusão da cultura científica e tecnológica >10

- Apoio protocolado aos **6 centros** de ciência;
- Apoio a **9 Projetos** de participação e organização de iniciativas/eventos de divulgação científica e/ou tecnológica;
- Coorganização do Workshop "**SENTINEL Activities in Santa Maria – Açores**", a 20 de abril, em Santa Maria;
- Organização do **CANSAT** Regional 2016 e apoio à participação nacional e internacional das equipas açorianas – 20 a 22 de maio
- Organização da "**Semana do espaço**" que decorreu em Sta. Maria, de 18 a 22 de maio
- Exibição da exposição "**SPACE GIRLS SPACE WOMEN**" - inauguração a 20/04/2016 na presença da Doutora Ana Martins (Universidade dos Açores) e encerramento a 21/05/2016 na presença da Doutora Roya Ayazi (Secretária Geral NEREUS); Organização DRCT/FRCT, Sala de exposições da Biblioteca Municipal de Vila do Porto, Santa Maria, Açores - (iniciativa conjunta da Agência Espacial Europeia (ESA) e da empresa francesa Sipa Press para homenagear as mulheres que trabalham na temática Espaço, patrocinada pela Associação Nereus)
- Participação na "**NAFSA 2016 Annual Conference & Expo – Building Capacity for Global Learning**", em DENVER, COLORADO (EUA) – de 29 de maio a 5 de Junho de 2016

Total: 20

O. 6 - Otimizar a informatização de processos - Ponderação de 10 %

Ind. 6 - Nº de processos abrangidos pela otimização de informatização. >2

- Atualização do Plano de Classificação da DRCT;

- Assinatura de contrato com a LINK para a manutenção/atualização do idia-SG;
- Inquérito *on line* sobre as condições materiais do serviço;

Total: 3

O. 7 – Reforçar a comunicação interna e externa - Ponderação de 10%

Ind. 7 - Nº de iniciativas promovidas no âmbito da comunicação interna e externa. >2

- Folheto de divulgação do sistema científico e tecnológico dos Açores;
- Folheto de divulgação dos centros de ciência;
- Filme de divulgação do sistema científico e tecnológico dos Açores;
- Filme de divulgação das infraestruturas de Sta. Maria;

Total: 4

CONCLUSÃO

A nível financeiro alguns constrangimentos têm-se mantido ao longo dos últimos anos na área da ciência e tecnologia, fruto não só da alteração orgânica operada no início da legislatura, referenciada anteriormente, como também do período moroso de elaboração e início do novo programa operacional dos fundos comunitários.

Regista-se, contudo, um aumento dos valores no Plano de Investimentos da DRCT, já em 2015 e mais significativamente em 2016, ainda que, justificados, também, com as obras dos Parques de Ciência e Tecnologia. Deste modo, em 2016 foi possível incrementar uma outra dinâmica, em paralelo com o funcionamento pleno dos fundos estruturais, assim como capitalizar, através de cofinanciamento regional, investimento externo decorrente de programas de financiamento internacional.

Não se concretizou qualquer apoio, dependente de possíveis propostas/promotores, a ações/iniciativas específicas de sensibilização para o uso dos serviços digitais e/ou de projetos digitais enquadrados na Agenda Digital e Tecnológica dos Açores (que teriam enquadramento no Eixo 2 do PO Açores 2020);

No âmbito das medidas do Eixo Qualificar do PRO-SCIENTIA, grande parte delas sem enquadramento no P.O Açores 2020, justificar-se-ia um reforço de verba, apesar das mesmas não exigirem avultado investimento, sendo, contudo, muito solicitadas pela comunidade científica e de grande impacto e visibilidade em termos científicos, projetando e divulgando a investigação que se faz na RAA. Da mesma forma também seria importante o reforço de verba nas medidas de apoio à divulgação da cultura científica e tecnológica, e ensino experimental das ciências, em prol da "Educação para a Ciência", enquanto fator primordial de desenvolvimento e de integração das populações na sociedade global do conhecimento, de democratização do saber e instrumento de inclusão social e de exercício pleno de cidadania. Igualmente no eixo 1 do PRO-SCIENTIA – Qualificar, o reforço de verba do ORAA justificar-se-ia para apoiar áreas de investigação importantes para as políticas públicas, embora sem enquadramento na RIS3, designadamente nas áreas social, educativa, ou da saúde.

Continuam a eleger-se como desafios a internacionalização da C&T dos Açores, o reforço da transferência do conhecimento para o tecido económico, com vista à promoção de áreas de valor acrescentado e de uma cultura de inovação - seja em contexto de projetos liderados pelas entidades do SCTA e/ou pelas empresas e/ou em cooperação entre esses atores. E, igualmente, o reforço dos incentivos à “Educação para a Ciência”.

Em termos gerais, na área da ciência e tecnologia, apesar das limitações acima foram referidas, considera-se que se **conseguiu manter uma dinâmica de crescimento, promover um novo paradigma de investimento científico e tecnológico seletivo**, inteligente (RIS3/I&D empresas) que **pretende ser reprodutivo e desenvolver novos horizontes para captação de investimento externo**, (H2020 / Interreg/MAC). Como tal, o desempenho afigura-se positivo, contemplando, por outro lado, as necessidades, de uma forma abrangente, de um universo diversificado de beneficiários, sejam eles investigadores, divulgadores da ciência ou promotores do uso das TIC, sem esquecer, o apoio aos cidadãos com deficiência, através das instituições sociais e educativas que os acolhem.

Ponta Delgada, fevereiro de 2017

O Diretor Regional da Ciência e Tecnologia

Bruno Miguel Correia Pacheco